

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 118, DE 2016****(Do Poder Executivo)****MSC 218/2016****AV 257/2016**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3631, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Meruoca, Estado do Ceará.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 460, de 9 de junho de 2015 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo, no município de Buriti Bravo – MG;
- 2 - Portaria nº 464, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural Teresense, no município de Santa Teresa – ES;
- 3 - Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani – MG;
- 4 - Portaria nº 648, de 9 de junho de 2015 – Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, no município de Autazes – AM;
- 5 - Portaria nº 743, de 9 de junho de 2015 – Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo, no município de Igaci – AL;
- 6 - Portaria nº 2.019, de 9 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois, no município de Anicuns – GO;
- 7 - Portaria nº 2.828, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural de Iati, no município de Iati – PE;
- 8 - Portaria nº 2.838, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Brumadinho – ACRCEAB, no município de Brumadinho – MG;
- 9 - Portaria nº 2.940, de 12 de agosto de 2015 – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio, no município de Capitólio – MG;
- 10 - Portaria nº 2.945, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Belavistense, no município de São Sebastião da Bela Vista – MG;
- 11 - Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 – Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis – SP;
- 12 - Portaria nº 2.959, de 30 de julho de 2015 – Associação dos Moradores e Produtores dos Bairros de Parambu, no município de Parambu – CE;
- 13 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema – CE;

- 14 - Portaria nº 2.969, de 30 de julho de 2015 – Associação de Moradores do Bairro Bento Marques - Cohab, no município de Tarauacá – AC;
- 15 - Portaria nº 2.973, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão, no município de Liberdade – MG;
- 16 - Portaria nº 2.993, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Inocencie de Comunicação e Marketing, no município de Inocência – MS;
- 17 - Portaria nº 3.149, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Barra, no município de Barra – BA;
- 18 - Portaria nº 3.422, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Rádio Tropical FM, no município Vera – MT;
- 19 - Portaria nº 3.424, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Clube do Machadinho de Radiodifusão, no município de Lauro Muller – SC;
- 20 - Portaria nº 3.555, de 5 de agosto de 2015 – Associação Cultural do Município de Indiara, no município de Indiara – GO;
- 21 - Portaria nº 3.591, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha, no município de Pratinha – MG;
- 22 - Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015 – Associação Lar Comunitário, no município de Poções – BA;
- 23 - Portaria nº 3.596, de 19 de agosto de 2015 – Associação Local de Obras Assistenciais, no município de Ferraz Vasconcelos – SP;
- 24 - Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Esperança de Iguatemi – ACEI, no município de Iguatemi – MS;
- 25 - Portaria nº 3.600, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, no município de Dom Feliciano – RS;
- 26 - Portaria nº 3.603, de 19 de agosto de 2015 – Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo, no município de Campo Redondo – RN;
- 27 - Portaria nº 3.611, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, no município de Mirassol D'Oeste – MT;
- 28 - Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru, no município de Paracuru – CE;
- 29 - Portaria nº 3.617, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Arco-Iris, no município de Ibiraci – MG;
- 30 - Portaria nº 3.624, de 19 de agosto de 2015 – Associação dos Moradores do Serra Verde, no município de Porto Alegre – RS;
- 31 - Portaria nº 3.625, de 19 de agosto de 2015 – Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social, no município de Nova Esperança do Sul – RS;
- 32 - Portaria nº 3.631, de 19 de agosto de 2015 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca – ABCCM, no município de Meruoca – CE.

33 - Portaria nº 3.633, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, no município de Marcelândia – MT;

34 - Portaria nº 3.634, de 19 de agosto de 2015 – Fundação Deputado Walfrido Monteiro, no município de Icó – CE;

35 - Portaria nº 3.635, de 19 de agosto de 2015 – Associação Cultural Amigos de Dores de Campos – ASCAD, no município de Dores de Campos – MG; e

36 - Portaria nº 3.639, de 19 de agosto de 2015 – Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM, no município de Cravinhos – SP;

Brasília, 9 de maio de 2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Mussel', followed by a period. The signature is stylized with large loops and a long, sweeping underline.

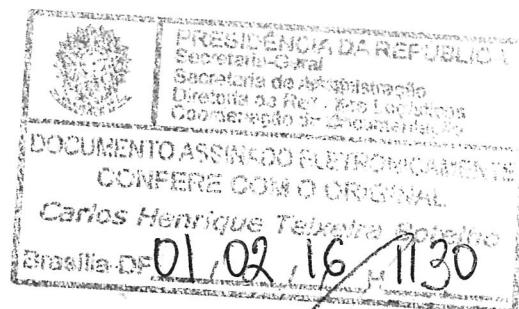
53000.071627/2013-34

Port. 3631/15

EM nº 00028/2016 MC

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,



1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071627/2013-34, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Meruoca / CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima*

## PORTARIA Nº 3631/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071627/2013-34 e nº 53650.002604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA - ABCCM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Meruoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RICARDO BERZOINI**



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:46, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644960** e o código CRC **43B0DE3A**.

|                            |                |
|----------------------------|----------------|
| <b>PRIMEIRA SECRETARIA</b> |                |
| RECEBIDO Nesta Secretaria  |                |
| Em 12/05/16                | às 14:30 horas |
| <i>DMR</i>                 | 5.876          |
| Nome legível               | Ponto          |

Aviso nº 257 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2016.

*MSC 212/2016*

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado BETO MANSUR  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias nºs 460, 464, 468, 648, 743, 2.019, 2.828, 2.838, 2.940, 2.945, 2.952, 2.959, 2.967, 2.969, 2.973, 2.993, 3.149, 3.422, 3.424, 3.555, 3.591, 3.594, 3.596, 3.598, 3.600, 3.603, 3.611, 3.612, 3.617, 3.624, 3.625, 3.631, 3.633, 3.634, 3.635 e 3.639.

Atenciosamente,

*EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON*  
EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República, substituta

|  |
|--|
| <b>PRIMEIRA SECRETARIA</b>   |
| Em 12/05/16  |
| De ordem, ao Senhor Secretário-<br>Geral da Mesa, para as devidas<br>providências. |
| <i>Luis Cesar Lima Costa</i><br>Luis Cesar Lima Costa<br>Chefe de Gabinete         |

Secretaria-Geral da Mesa SERRO 12/Mai/2016 17:06  
Ponto: 8102 Ass.: d  
Ofício: 1.º SEC



TVR  
118/2016

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

53000.071627/2013-34

:: SEI / MC - 0066435 - Termo de Cadastro de Inf. Proc. no âmbito do ... [https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir...](https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...)



TERMO DE CADASTRO DE  
INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 01 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 01/08/2014, às 14:34, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0066435** e o código CRC **6BD24476**.

|   |   |   |    |   |   |
|---|---|---|----|---|---|
| 27  | / | / | 63 | / | / |
| 28  | / | / | 64 | / | / |
| 29  | / | / | 65 | / | / |
| 30  | / | / | 66 | / | / |
| 31  | / | / | 67 | / | / |
| 32  | / | / | 68 | / | / |
| 33  | / | / | 69 | / | / |
| 34  | / | / | 70 | / | / |
| 35  | / | / | 71 | / | / |
| 36  | / | / | 72 | / | / |
| AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO |   |   |    |   |   |

ANEXOS:



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga.**

Protocolo nº: 53000.071627/2013-34 (Processo de Outorga nº 53650.002604/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicado no DOU DE 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca**, sediada na localidade de **Meruoca/CE** tem validade até 18/08/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

**VALKIRIA FERREIRA MACHADO**  
Chefe de Divisão

LDD 4 53650.002604/1998

34 pags

18/08/13



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO  
DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A, Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca inscrita no CNPJ sob o nº 02.079.345/0001-08, com sede na Av. Carlos Davi, s/n Bairro Alto das Flores, na cidade de Meruoca, Estado do Ceará, CEP: 62130.000, fone (88) 3649.1438/ (88) 92575118 e email r.trevo@hotmail.com, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria/MC nº 105 publicada no Diário Oficial da União de 20.02.2002 homologada pelo o Decreto Legislativo nº 543 de 2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 18.08.2003, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

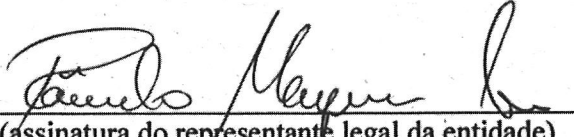
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRÁSILIA - DF

53000 071627/2013-34

SEAPA/SCE

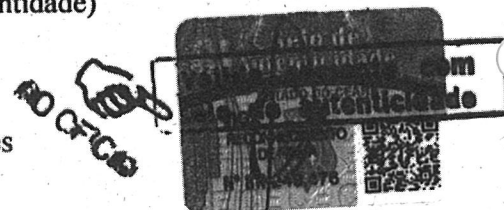
09/12/2013-08:52

Meruoca, 29 de Novembro de 2013.

  
(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: Rômulo Marques Alves

CPF: 422.938.713-04



|   |   |
|---|---|
| RAIS<br>45<br>400,34<br>9.1162                      | RECONHEC(A)S FIRMAS(S) DE <u>Rômulo Marques Alves</u>                     |
| X por autenticidade ( ) por semelhança dou fé       |   |
| Meruoca <u>28</u> de <u>NOVEMBRO</u> de <u>2013</u> |   |
| Em testemunho da verdade                            |   |
| CARTÃO<br>REC.<br>Rua F. P. de<br>Meruoca - Ce      | <input type="checkbox"/> Karina Ribeiro Pinheiro - Tabeliã                |
|   | <input type="checkbox"/> Marlene Gomes - Substituta                       |
|   | <input type="checkbox"/> Marcos Paulo Rodrigues - Substituto              |
|   | <input checked="" type="checkbox"/> Francisco da Rocha Sousa - Escrevente |

Slave  
130

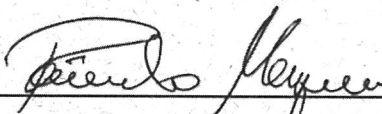
Ministério das  
Comunicações  
Fls. 03  
Rubrica

## DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

- ✓ Requerimento solicitando a renovação de ORTOGA ao Ministério das Comunicações.
- ✓ Declaração atestando que a emissora opera dentro dos parâmetros previstos na licença de funcionamento da estação.
- ✓ Certidão ANATEL débitos.
- ✓ Comprovante do CNPJ válido atual.
- ✓ Estatuto Social.
- ✓ Ata da eleição dos diretores atuais registrada.
- ✓ Declaração atestando que a emissora não veicula publicidade comercial, tem parte de sua programação voltada a informação e contribui com a cultura nacional e regional.
- ✓ Declaração indicando que todos os seus Diretores são Brasileiros.
- ✓ Último relatório do conselho comunitário.
- ✓ Relação contendo o nome de todos os associados.
- ✓ Declaração solicitando a Vistoria Técnica à Anatel.



  
Rômulo Marques Alves

Presidente

CPF/MF Nº 422.938.713-04

|  |  |   |
|--|--|---|
| CARTÓRIO PINHEIRO MORAIS<br>REGISTROS E NOTAS<br>Rua Procurador José Laureano, 34<br>Meruoca - Ce Fone: (88) 3649.1162 | RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS DE <u>Rômulo</u><br><u>MARQUES ALVES</u> |   |
|  | <input checked="" type="checkbox"/> por autenticidade                  | <input type="checkbox"/> por semelhança dou |
|  | Meruoca <u>28</u> de <u>NOVEMBRO</u> de <u>2011</u>                    |   |
|  | Em testemunho da verdade   |   |
| <input type="checkbox"/>   | <input type="checkbox"/>   | Karina Ribeiro Pinheiro Morais - Tabelião   |
| <input type="checkbox"/>   | <input type="checkbox"/>   | Marlene Gomes Goulart - Substituto          |
| <input type="checkbox"/>   | <input type="checkbox"/>   | Marcos Paulo Rodrigues Morais - Substituto  |
| <input checked="" type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>   | Francisco da Rocha Sousa - Escrevente       |



## DECLARAÇÃO

Eu, Rômulo Marques Alves na qualidade de representante legal da Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM, atesto que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

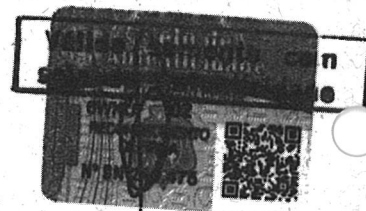
Meruoca... CE, 26 de Novembro de 2013.

Rômulo Marques Alves

Presidente

CPF 422938713-04

NO OFIC



|   |   |  |
|---|---|--|
| <b>CARTÓRIO PINHEIRO MORAIS</b><br>REGISTROS E NOTAS<br>Rua Procurador José Laureano, 34<br>Meruoca - Ce Fone: (82) 3849.1162 | <b>RECONHECIMENTO(S) FIRMAS(S) DE</b><br><u>RÔMULO MARQUES ALVES</u>            |  |
|   | <input checked="" type="checkbox"/> por autenticidade ( ) por semelhança dou fé |  |
|   | Meruoca <u>28</u> de <u>NOVEMBRO</u> de <u>2013</u>                             |  |
|   | Em testemunho <u>da verdade</u>   |  |
|   | <input type="checkbox"/> Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelã                |  |
| <input type="checkbox"/> Marlene Gomes de Freitas - Substituta  |   |  |
| <input type="checkbox"/> Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto   |   |  |
| <input checked="" type="checkbox"/> Francisco da Rocha Sousa - Escrevente   |   |  |

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome:** ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULT.COMUNIT.DE MERUOCA - ABCCM**CNPJ:** 02.079.345/0001-08

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:58:44 do dia 26/11/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/12/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIO DE MERUOCA**  
**CNPJ: 02.079.345/0001-08**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 13:48:57 do dia 17/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/04/2014.

Código de controle da certidão: **7D60.1F6B.C376.DF79**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

  
**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
**Procuradoria Geral do Estado**



**Certidão Negativa de Débitos Estaduais**  
**Nº 201305595763**

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

| <b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE</b>    |
|--|
| <b>Inscrição Estadual:</b><br>*****      |
| <b>CNPJ / CPF:</b><br>02.079.345/0001-08 |
| <b>RAZÃO SOCIAL:</b><br>*****            |

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 17/10/13 ÀS 11:21:33**  
**VÁLIDA ATÉ 16/12/2013**

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço  
**[www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE**  
**TERCEIROS**

Nº 000252013-05022345

Nome: ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIO DE MERUOC

CNPJ: 02.079.345/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço [\\*p://www.receita.fazenda.gov.br](http://p://www.receita.fazenda.gov.br).

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 25/10/2013.  
Válida até 23/04/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02079345/0001-08  
**Razão Social:** ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIO DE MERUOC  
**Endereço:** AV MONSENHOR JOSE FURTADO 431 0 / CENTRO / MERUOCA / CE / 62130-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

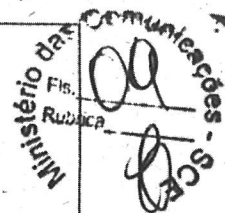
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/10/2013 a 21/11/2013

**Certificação Número:** 2013102308334839746368

Informação obtida em 23/10/2013, às 08:33:48.

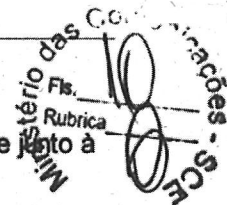
A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



|   |   |   |                                       |
|---|---|---|---------------------------------------|
|   |   | <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>           |                                       |
| <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>   |   |   |                                       |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>02.079.345/0001-08</b><br>MATRIZ  | <b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b> |   | DATA DE ABERTURA<br><b>04/09/1997</b> |
| NOME EMPRESARIAL<br><b>ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIO DE MERUOCA</b>   |   |   |                                       |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br>*****   |   |   |                                       |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>430-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>  |   |   |                                       |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b><br><b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b> |   |   |                                       |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>  |   |   |                                       |
| LOGRADOURO<br><b>AV MONSENHOR JOSE FURTADO</b>  | NÚMERO<br><b>431</b>                                    | COMPLEMENTO                                     |                                       |
| CEP<br><b>62.130-000</b>  | BAIRRO/DISTRITO<br><b>CENTRO</b>                        | MUNICÍPIO<br><b>MERUOCA</b>                     | UF<br><b>CE</b>                       |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b>  |   | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>31/12/2008</b> |                                       |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL  |   |   |                                       |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****  |   | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****              |                                       |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **26/11/2013** às **09:26:55** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



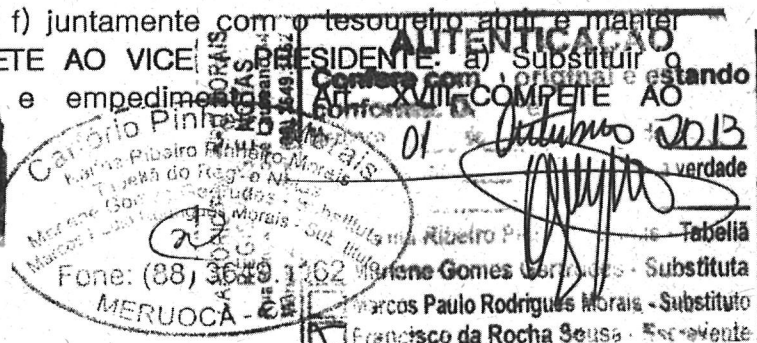
2º. TRASLADO  
Livro A-01  
Fls.31/33v  
Sob o nº.017

**ESTATUTO - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE**

**CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA (ABCCM) - ESTATUTO** - Das Finalidades e da Duração Art. I - A Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM) com sede em Meruoca-Ce, constituída com a finalidade de defender a democratização dos meios de comunicações em geral e, em especial a criação e manutenção de uma rádio comunitária de baixa potencia (até 100 watts), denominada de **FM MERUOCA** que tem como fim desenvolver atividades sócio - culturais no sentido de melhorar das condições sócio - econômicas e culturais da coletividade meruoquense 1 - É indeterminado o tempo de duração da Associação; 2- A Associação não tem fins lucrativos. Art.II - **SÃO PRERROGATIVAS DA ASSOCIAÇÃO** a) Promover atividades educacionais e de forma geral; b) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade criando ou estimulando para este fim; atividades, movimentos e organismos; c) Divulgar resultado de pesquisa, estudos experiências educativas e avaliações; d) Manter convênios e/ou se associar a entidades similares para prestação de serviço e de associar; e) Divulgar e promover suas atividades e finalidades através da constituição de órgão de imprensa e de radiodifusão; f) Definir contribuições aos associados; g) Cobrar mensalidades cujos valores serão estabelecida pela assembléia geral; h) Prestar serviços compatíveis com suas finalidades, com o fim de arrecadar fundos e manutenção da sociedade; i) Administrar fundos arrecadados aplicando-os no sentido de alcançar os objetivos da sociedade. Art. III - **DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES** - Podem filiar-se à Associação todas as pessoas físicas maiores de 18 anos que tem a atividade, ou queiram ter, ligando a área da cultura e da comunicação e, desejam ter um vínculos associativos com esta Entidade. Parágrafo 1 - Pessoas físicas menores de 18 anos e maiores de 16 anos poderão se associar na categoria de colaboradores, contribuindo para a Associação, com direito a voz, mas não a voto. Parágrafo 2 - Pessoas jurídicas podem associar-se como colaboradores contribuindo para Associação, com direito a voz, mas não o voto. Parágrafo Único - Somente serão aceitos como associados os interessados que forem apresentados por um associado. Art. IV - **SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS:** a) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto; b) comparecer às assembléias convocadas; c) Votar por ocasião das eleições; d) Pagar em dias as mensalidades fixadas pela assembléia Geral. Art. V - **SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS:** a) votar e ser votado em qualquer cargo da administração; b) Gozar dos benefícios oferecidos pela sociedade na forma prevista neste estatuto; c) Recorrer a assembléia geral contra qualquer ato lesivo ao ser direito; **ÚNICO** - Os membros da associação não respondem, nem subsidiariamente, pelas obrigações sociais. Art. VI - **DOS ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS:** São órgãos constitutivos da associação beneficente; a) assembléia geral; b) diretoria; c) conselho fiscal. Art. VII. Assembléia geral é o órgão máximo e soberano da Associação. É constituída

pelos sócios no gozo de seus direitos. Ela se reunirá extraordinariamente quando convocada pelo presidente pela maioria simples da diretoria ou requerimento de 10% dos associados que especificação os motivos da convocação. **PARAGRAFO ÚNICO** – Quando a assembléia for convocada pelos associados, ou pela maioria da diretoria, vencido o presidente, este deverá convocá-la no prazo de 3 (três) dias contando da data da entrega do requerimento. Se o presidente não convocar a assembléia, fa-lo-ão aqueles que deliberarem por sua realização. **Art. VIII** – As Assembléia Gerais decidirão por maioria dos votos presentes, sendo proibidos os votos por procuração. Funcionará em primeira convocação com a presença mínima de 20% dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número. **Art. IX.** Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvem; a) eleição da diretoria e conselho fiscal e conselho fiscal; b) previsão orçamentária a aprovação de contas; c) julgamento dos atos da diretoria na aplicação de penalidades. **Art. X.** As Assembléia Gearias Ordinárias são as de previsões orçamentária e as prestações de contas, ambas serão anuais e obrigatórias. **Art. XI.** As Assembléias Gerais serão realizadas mediante edital publicado com antecedência mínima de 3 (três) dias em jornal de grande circulação na região. **Art. XII – COMPETE A ASSEMBLÉIA GERAL:** a) decidir em última e definitiva instância; b) eleger diretoria; c) reformar os estatutos d) aprovar o regimento interno que regulamento os vários setores da atividade da Associação; e) aprovar o Balanço e as contas em exercício do ano anterior; f) analisar e definir o planejamento de trabalho do período seguinte. **Art. XIII – DA DIRETORIA** – A diretoria será composta de 04 (quatro) membros, eleitos pelos sócios e aluará colegiadamente, nas decisões juntamente com o conselho fiscal. **Art. XIV – COMPETE A DIRETORIA** a) dirigir a Assembléia de acordo com seguinte estatuto, administrar o patrimônio social, promovendo o bem geral dos associados; b) cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as demais decisões da Assembléia Geral; c) reunir-se ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente quando houver convocação da maioria da diretoria; d) promover e incentivar a criação de comissões de departamento com a função de assessoria às atividades da entidade; **PARAGRAFO ÚNICO** – As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maiores dos votos, com participação garantida da maioria simples de seus membros. **Art. XV** – A Diretoria será composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretario geral que decidirão entre si as tarefas e atribuições de forma a viabilizar não só as decisões da diretoria, como fazer a frente à administração da entidade. **Art. XVI – COMPETE AO PRESIDENTE:** a) representar a Associação em juízo e fora dele, b) convocar e presidir as reuniões da diretoria; c) convocar e instalar as Assembléias Gerais; d) ordenar as despesas autorizadas e com o tesoureiro assinar cheque e documentos contábeis; e) organizar um relatório das ocorrências do ano anterior, apresentando-o à Assembléia Geral ordinária de previsões orçamentárias e prestações de contas. O relatório deverá conter os principais eventos do exercício, relação dos associados e balanço do exercício financeiro; f) juntamente com o tesoureiro abrir e manter contas bancárias. **Art. XVII COMPETE AO VICE PRESIDENTE:** a) Substituir o presidente em suas ausências e impedimentos. **Art. XVII COMPETE AO**

Procurador Jose Laureano, 34  
tro / Meruoca / CE  
P: 62.130.000  
: (88) 3649.1162  
priomeruoca@gmail.com



**SECRETARIO:** a) redigir e manter a ata das reuniões em dias das atas da Assembleia Geral e das reuniões da diretoria; b) redigir a correspondência da Associação; c) manter e ter sob guarda o arquivo da Associação; d) dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria. **Art. XIX – COMPETE AO TESOUREIRO:** a) zelar pelo patrimônio da sociedade; b) manter em contas bancária, juntamente com o presidente, os valores da associação, perdendo aplicar-los, ouvindo a diretoria; c) assinar com o presidente os cheques; d) efetuar pagamentos autorizados e recebimentos; e) supervisionar o trabalho da tesouraria e contabilidade; f) apresentar ao Conselho Fiscal balancetes semestrais e balanço anual. **Art. XX – DO CONSELHO FISCAL** – Ao Conselho Fiscal, que será composto por 03 (três) membros efetivos e 01 (hum) suplente, compete: a) visar toda a documentação contábil da entidade, fiscalizando-a; b) emitir parecer sobre a previsão orçamentária e sobre o balanço anual; c) opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes semestrais. **Art. XXI. DO PROCESSO ELEITORAL.** As eleições para a diretoria e conselho fiscal, realizar-se-ão de 04 (quatro) e 04 (quatro) anos, por chapas completas de candidatos, pela assembleia geral ordinária, podendo seus membros serem reeleitos. **Art. XXII** – As eleições para a diretoria são convocadas por edital com antecedência, mínima de 60 (sessenta) dias do término do mandato da diretoria. Nos primeiros 30 (trinta) dias deverão ser registradas na secretaria da entidade as chapas concorrentes. **Art. XXIII** – Podem ser eleitos para qualquer cargo todo associado quites com as obrigações sociais e com pelo menos 03 (três) meses de Associação. **PARAGRAFO ÚNICO**– A votação se fará na sede da Entidade. **Art. XXIV** – O processo eleitoral poderá ser acompanhado e fiscalizado por um representante de cada chapa, indicado pelos encabeçados das mesmas para cada uma. **Art. XXV**–A apuração será feita imediatamente após a eleição. A mesma apuração será constituída. **Art. XXVI**– Será considerada eleita a chapa que estiver o maior número de votos válidos. **Art. XXVII– DO PATRIMONIO DA ASSOCIAÇÃO** – O patrimônio da Associação será constituído: a) das contribuições dos associados; b) da arrecadação feita pela entidade; c) das doações e legados; d) dos bens e valores adquiridos e suas possíveis renda; e) do alugueis de imóveis e juros de títulos e depósitos; f) das vendas auferidas com prestação de serviços e ou assessorias. **PARAGRAFO ÚNICO** – A Assembleia poderá impor aos associados somente a contribuição relativa as mensalidades. **Art. XXVIII** – Os bens imóveis poderão se alienadas, mediante prévia autorização da assembleia geral especialmente convocada. **Art. XXIX** – Em caso de dissolução, qualquer que seja a causa, os bens da associação deverão ser destinados a outra entidade que propague em seu estatuto a mesma finalidade da associação. **Art. XXX** – Poderá a associação manter atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços desde que o rendimento destas atividades sejam destinadas exclusivamente a realização de seus objetivos e fins sociais. **Art. XXXI – DA PERDA DO MANDATO:** Perderão o mandato os membros da diretoria que incorrerem – em: a) malversação ou dilapidação do patrimônio social; b) grave violação deste estatuto; c) abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões consecutivas; d) aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo de associação. **PARAGRAFO ÚNICO** – A perda do mandato será declarada pela assembleia geral, assegurando-se ao acusado o amplo direito de defesa.

**Art.XXXII** – Em caso de restituição de qualquer membro da diretoria e/ou conselho fiscal, o cargo será preenchido pelo suplente. **Art. XXXIII** – Ocorrendo renúncia coletiva da diretoria e conselho fiscal, respectivos suplentes, o secretário renunciante – convocará a assembléia geral que elegerá comissão eleitoral de 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições no prazo 60 (sessenta) dias. Se o secretário, ou diretores não o fizeram, qualquer sócio o poderá fazer-lo. A diretoria e o conselho fiscal eleitos nestas condições completaram o mandato dos renunciantes. **Art.XXXIV – DAS PENALIDADES:** Estará sujeito as penas prevista aqui o associado que incorrer nas seguintes faltas: a) grave violação do estatuto, b) atitudes que contrariem decisões da assembléia; c) deformar a associação e sua diretoria; **Art.XXXV** – As penas serão aplicadas pela diretoria e poderão constatar-se em: a) advertência por escrito; b) suspensão até 02 (dois) anos; c) eliminação do quadro social, **PARAGRAFO ÚNICO** – Ao acusado será assegurado prévia e ampla defesa, cabendo-lhe recurso em ultima instancia a assembléia geral. **Art.XXXVI** – A Associação poderá ser dissolvido, mediante a assembléia geral, convocada para este fim com a presença absoluta dos associados. **Art.XXXVII** – O Presente estatuto só poderá se reformado por assembléia geral especialmente convocada, por maioria de 2/3 dos presentes. **Art.XXXVIII** – Disposição transitória. A diretoria eleita na Assembléia de fundação da associação terá mandato de 04 (quatro) anos, devendo, antes de término encaminhado o processo eleitoral nos termos deste estatuto. Meruoca – CE, 22 de maio de 1997. Benedito Herculano Costa – Presidente. Visto do Advogado – Dr. Francisco Wellington Alves Vasconcelos – OAB-CE – Nº4738 – CPF.12398250300 – advogado. Em testemunho da verdade – 1ª. Tabeliã do Cartório de Meruoca – Maria da Conceição Souza e Silva. Nada mais se continha em dito documento que me foi apresentado por Benedito Herculano Costa e aposentada sob o nº. 017 e registrado no livro competente de Pessoas Jurídicas e protocolada sob o nº. 017, na data de 27 de maio de 1997, assim registrada no livro A-001 e sob o nº017, as fls.31v/33V. Dou fé. Meruoca – Ce, 27 de maio de 1997, pela Tabeliã do Cartório de Ofícios e Notas da Comarca de Meruoca – Ceará – Maria da Conceição Souza e Silva. Dou fé.

Meruoca-Ce, 30 de setembro de 2013

Em Teste n da verdade

*Marlene Gomes Gertrudes*  
Marlene Gomes Gertrudes  
SUBSTITUTA

Cartório Pinheiro Moraes  
Karina Ribeiro Pinheiro Moraes  
Tabeliã do Reg. e Notas  
e Tabeliã do Reg. e Notas  
e Tabeliã do Reg. e Notas



Válida somente com  
selo de autenticidade



|  |                        |
|--|------------------------|
| <b>AUTENTICAÇÃO</b>  |                        |
| Confere com original estando conforme a verdade  |                        |
| <i>Marlene Gomes Gertrudes</i><br>Tabeliã<br>Marlene Gomes Gertrudes - Substituta<br>Carlos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto<br>Francisco da Rocha Sousa - Escrevente |                        |
| Nº 4738<br>CPF 12398250300<br>Rua<br>Meruoca   | 2013<br>30 de setembro |

**ABCCM**

Avenida Carlos Davi s/n,

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E COMUNITÁRIO DE MERUOCA - ABCCM**

CNPJ: N°. 02.079.345/0001-08

Bairro Alto das Flores

CEP: 62.130-000

UF: CE

**Ata Autêntica**

Ata da Assembleia Geral de Modernização, Eleição e Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da **Associação Beneficente e Cultural Comunitário de Meruoca - ABCCM**, CNPJ: N°. 02.079.345/0001-08, aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze (09/09/2013), segunda-feira às dezessete horas (17h00min), na sede da **Associação Beneficente e Cultural Comunitário de Meruoca - ABCCM**, situada na Avenida Carlos Davi s/n, Bairro Alto das Flores, CEP: 62.130-000 no município de Meruoca estado do Ceará. O Presidente da Comissão Provisória, senhor Tomaz de Aquino Viana, abre a assembleia geral dando boas vindas e convida a todos que lhe acompanhe para juntos recitarem a oração universal o, **Pai Nosso**, pedindo a Deus que nos ilumine nesse momento de grande importância para nós meruuoquenses. O senhor Tomaz de Aquino, convida a senhora Reijane Marques para secretariar a assembleia, a mesma aceita e seguida o presidente da comissão apresenta a pauta falando suas finalidades e faz uma breve retrospectiva das atividades que vem sendo executadas e da satisfação dos radiouvinte e enfatiza a participação dos associados e associadas, nos momentos quando são convocados e fala de algumas conquista que foram importantes assim melhorando o trabalho e qualidade de vida direta e indireta das pessoas que usufrui do serviço prestado pela **ABCCM** na comunidade. Para o processo de eleição a comissão adotou o seguinte critério. O bilhete está rubricado pelo presidente da comissão, o voto será secreto, a urna fica afastada e na cédula esta escrita às palavras **sim** para quem concorda ou **não** para quem discorda. Os procedimentos que estão sendo apresentados estão de acordo com o que estabelece o estatuto social da **ABCCM** e na associação os associados e associadas não são obrigados nem obrigadas a nada, mas a partir do momento que assumem um encargo seja como diretor ou diretora executiva, conselheiro ou conselheira fiscal, eles passam a assumir um compromisso e isso requer responsabilidade, portanto, os membros das apas são sabedores e sabedoras que ao serem eleitos ou eleitas terão que fazer jus ao encargo assumido. Os participantes da assembleia estão habilitados a candidatar-se e votar. Estão presentes: Tomaz de Aquino Viana, Romulo Marques Alves, Eder Paulus Moraes Guerra, José Airton Soares, Zaquel Carneiro Oliveira Junior, João Pio Sabino, Herik Zednik Rodrigues, Francisco Geralberto Carneiro, Maria Jandira Marques Alves, Jandira Brandão Moreira, Reijane Marques Alves, Terezinha Linhares Carneiro, Maria Anita Marques de Araújo e Luziana Matos de Souza. Tomaz de Aquino pede aos presentes que apresentem as chapas com os nomes dos candidatos e suas respectivas funções, para administrarem a **Associação Beneficente e Cultural Comunitário de Meruoca - ABCCM**, no quadriênio (09/09/2013 a 09/09/2017). A chapa acima apresentada é composta pelos referentes associados e associadas: **Diretoria Executiva**: Presidente - Romulo Marques Alves, Vice - Presidente - Eder Paulus Moraes Guerra, Secretário - José Airton Soares, Tesoureiro - Zaquel Carneiro Oliveira Junior, **Conselheiros Fiscais**: 1º. Conselheiro - João Pio Sabino, 2ª. Conselheira - Herik Zednik Rodrigues e 3ª. Conselheira - Luziana Matos de Souza. Por não ter outra chapa para concorrer, a chapa acima citada é eleita por unanimidade. Após esse processo de eleição, O Presidente da Comissão Provisória, senhor Tomaz de Aquino Viana, empossa a **Associação Beneficente e Cultural Comunitário de Meruoca - ABCCM**, no quadriênio (09/09/2013 a 09/09/2017). O senhor presidente, Romulo

**ABCCM**

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E COMUNITÁRIO DE MERUOCA - ABCCM

CNPJ: N°. 02.079.345/0001-08

Avenida Carlos Davi s/n,

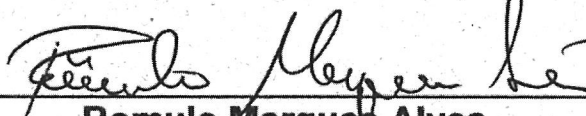
Bairro Alto das Flores

C EP: 62.130-000

UF: Meruoca

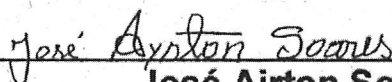
Marques Alves, agradece o apoio e a confiança dos amigos e amigas, que lhe deram o apoio e a oportunidade, enfatizando que todos acreditam no seu trabalho a frente da **Associação Beneficente e Cultural Comunitário de Meruoca - ABCCM**. Romulo Marques se compromete retribuir com responsabilidade, já que lhe foi confiada a administração, mesmo sabendo que essa missão não é fácil e não lhe traz nenhum retorno financeiro, conclui o mesmo. O senhor presidente, Romulo Marques agradece a presença e a participação de todos que vem nos apoiando nesta caminhada. Nada mais a tratar o presidente, Romulo Marques, agradece a todos e encerra a Assembleia Geral. Eu, Reijane Marques, convidada para secretariar essa assembleia geral, lavrei a presente ata que após de lida será submetida à avaliação, aprovação e em seguida será devidamente assinada pelos: Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Meruoca - Ce, 09 de setembro de 2013.

**Romulo Marques Alves**

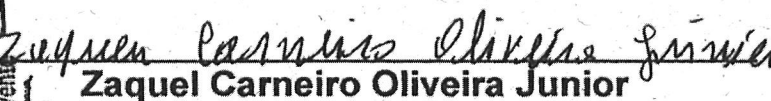
CPF: 422.938.713-04

Presidente

**José Ayrton Soares**

CPF: 934.599.393-20

Secretário

**Zaquel Carneiro Oliveira Junior**

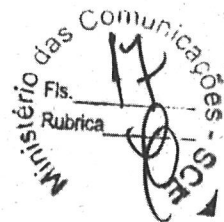
CPF: 422.294.343-20

Tesoureiro

Cartório Pinheiro Moraes  
Karina Ribeiro Pinheiro Moraes  
Tabelião de Reg. e Notas  
Marcos Paulo Rodrigues - Substituto  
Francisco da Rocha Sousa - Escrivente  
Fone: (08) 3649.1162  
MERUOCA - CE

Apresentado hoje o registro **ATA ATENTICA**  
sob o n° **116** no livro **B-22** em títulos e documentos  
protocolado sob o n° **1256** e hoje mesmo  
Meruoca **09** de **SETEMBRO** de **2013** dou fé.  
Em test. **da verdade**

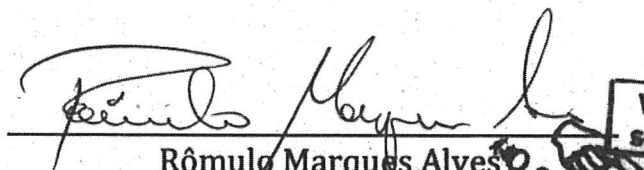
  
**Francisco da Rocha Sousa**  
Escrivente Autorizado



## DECLARAÇÃO

Eu, Rômulo Marques Alves na qualidade de representante legal da Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM, atesto que a emissora não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando reservados os casos de apoio cultural, também está de acordo com o que estabelece o art. 67,3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 que garante o mínimo de 5% de conteúdos noticiosos na programação diária, A emissora também cumpre finalidade constitucional de promover a cultura nacional, regional e produção independente no conteúdo veiculado nos moldes do art. 221,II, da Constituição Federal.

Meruoca... CE, 26 de Novembro de 2013.

  
Rômulo Marques Alves  
Presidente  
CPF 422938713-04



|   |   |  |
|---|---|--|
| CARTORIN<br>REGISTRAR<br>FOTAS<br>Rua Procurador José Laureano, 34<br>Meruoca - CE Fone: (88) 3649.1162 | RECONHECIMENTO(S) FIRMAS(S) DE  | <u>Rômulo</u>                                  |
|   | <u>MARQUES ALVES</u>  |  |
|   | <input checked="" type="checkbox"/> por autenticidade                     | <input type="checkbox"/> por semelhança dou fé |
|   | Meruoca <u>29</u> de <u>NOVEMBRO</u> de <u>2013</u>                       |  |
|   | Em testemunho   | <u>da verdade</u>                              |
|   | <input type="checkbox"/> Karina Ribeiro Pinheiro - Tabeliã                |  |
|   | <input type="checkbox"/> Marlene Gomes Góes - Substituta                  |  |
|   | <input type="checkbox"/> Marcos Paulo Rodrigues - Substituto              |  |
|   | <input checked="" type="checkbox"/> Francisco da Rocha Sousa - Escrevente |  |



## DECLARAÇÃO

Eu, Rômulo Marques Alves na qualidade de representante legal da Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM declaro que todos os representantes desta instituição, são Brasileiros residentes no Município no qual esta Emissora opera o serviço de Radio fusão Comunitária.

Meruoca... CE, 26 de Novembro de 2013.

Rômulo Marques Alves

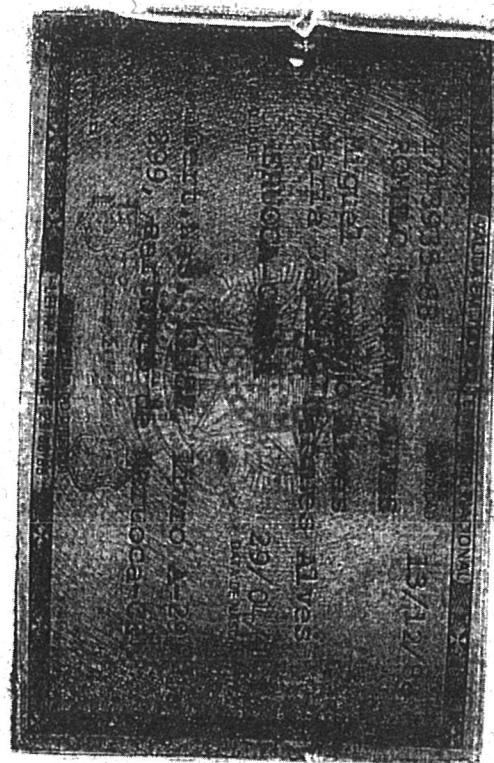
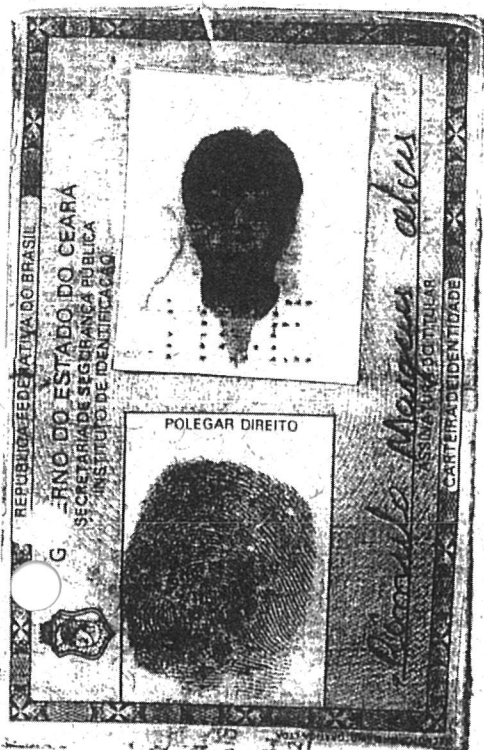
Presidente

CPF 422938713-04

RECIBO



|  |  |   |
|--|--|---|
| <b>CARTÓRIO FUNDEIRO MORAIS</b><br><b>REGISTROS E NOTAS</b><br>Rua Procurador José Laureano, 34<br>Meruoca - Ce Fone: (33) 3649.1162 | <b>RECONHECIMENTO ASSINATURA(S) DE</b> <u>Rômulo Marques Alves</u>                                   |   |
|  | <input checked="" type="checkbox"/> por autenticidade <input type="checkbox"/> por semelhança dou fé |   |
|  | Meruoca <u>28</u> de <u>NOVEMBRO</u> de <u>2013</u>  |   |
|  | Em testemunho <u>da</u> verdade  |   |
|  | <input type="checkbox"/> Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelião                                   | <input type="checkbox"/> Marlene Gomes Gêrtrudes - Substituta |
| <input type="checkbox"/> Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto  | <input checked="" type="checkbox"/> Francisco da Rocha Sousa - Escrevente                            |   |



das Comunicações - Se  
Fb - 19  
Rubrica

**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com original estando  
em 28 Novembro 2013  
verdade

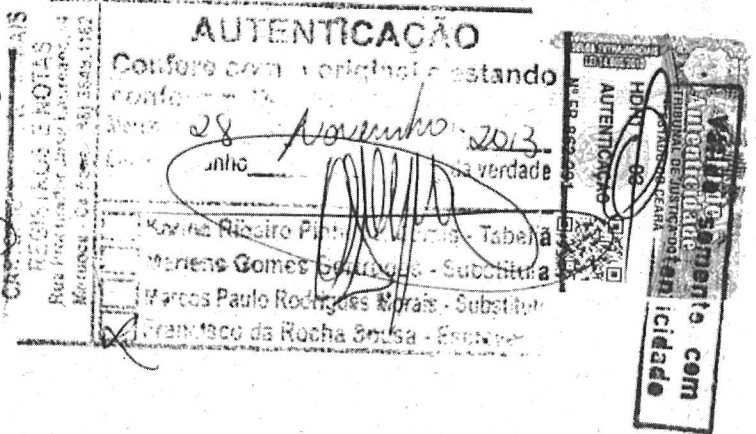
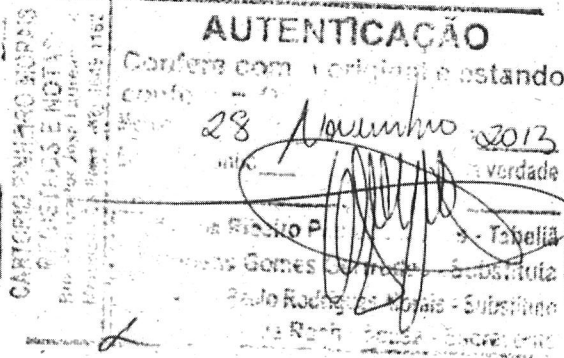
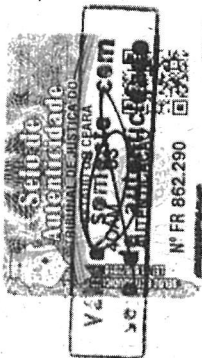
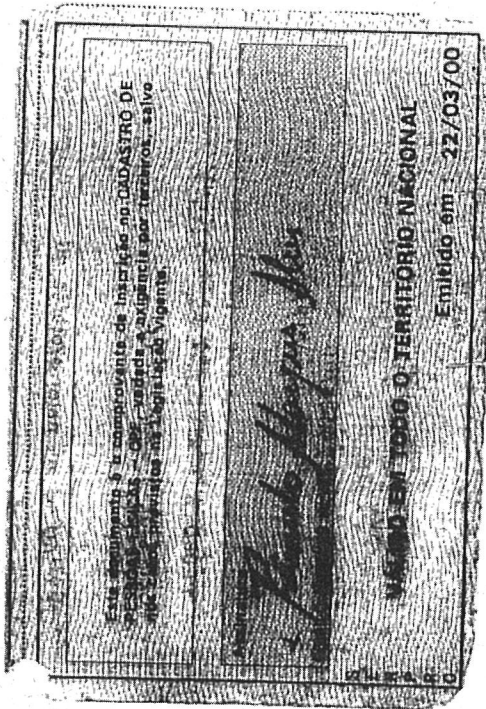
Severo Pinheiro - Tabelião  
Francisco Gomes - Substituto  
Francisco Paulo Rodrigues Moura - Substituto  
Francisco da Rocha Sousa - Escrevente

CARTÃO IDENTIFICADOR  
REGISTRO DE NOTAS  
Rua ...  
Nº 862-992

**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com original estando  
em 28 Novembro 2013  
verdade

Severo Pinheiro - Tabelião  
Francisco Gomes - Substituto  
Francisco Paulo Rodrigues Moura - Substituto  
Francisco da Rocha Sousa - Escrevente

CARTÃO IDENTIFICADOR  
REGISTRO DE NOTAS  
Rua ...  
Nº 862-992



5



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria das Cidades

Nº de Inscrição

59452447

Ministério das Comunicações - SCS  
Fis. Rubrica

## DADOS DO CLIENTE

Nome: ROMULO MARQUES ALVES

End. Leitura: RU JANDIRA MARQUES, 207, C1FNS, CENTRO

Cidade: MERUOCA

CEP: 62.130-000

End. Entrega:

Cidade:

CEP: 60.000-000

Local: 133 Setor: 001

Quadra: 007

Lote: 0410

Comp: 0046

Subsetor: Subquadra:

## ECONOMIAS

Residencial: 001

Comercial: 000

Industrial: 000

Pública: 000

## INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

| Serviço | Medidor    | Leitura Anterior | Leitura Atual | Volume (m³) | Média Semestral (m³) |
|---------|------------|------------------|---------------|-------------|----------------------|
| AGUA    | A09F034582 | 392              | 400           | 8           | 5                    |

## DATAS

Leitura Atual: 24/07/2013

Emissão: 21/08/2013

Lacre Água: A09F034582

Leitura Anterior: 25/06/2013

Próxima Leitura: 23/08/2013

Lacre Esgoto:

## QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 08/2013

| Nº de Amostras  | Cloro | Turbidez | Cor | Coliformes Totais | Escherichia Coli |
|-----------------|-------|----------|-----|-------------------|------------------|
| Exigidas        | 10    | 10       | 10  | 10                | 10               |
| Analisadas      | 42    | 11       | 11  | 11                | 11               |
| Em conformidade | 42    | 11       | 6   | 9                 | 11               |

## MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CONSTATAMOS DEBITO DE R\$ 14,36 CASO PAGO, DESCONSIDERAR.  
AMBIENTE SEGURO, TRABALHADOR SAUAVEL.

## DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Valor (R\$)

|                        |       |
|------------------------|-------|
| AGUA                   | 15,10 |
| JUROS DE 0,033% AO DIA | 0,01  |
| MULTA DE 2%            | 0,29  |

## HISTÓRICO DE VOLUME

| Mês/Ano | Água (m³) | Esgoto (m³) |
|---------|-----------|-------------|
| 08/2012 | 10        | 0           |
| 09/2012 | 8         | 0           |
| 10/2012 | 8         | 0           |
| 11/2012 | 11        | 0           |
| 12/2012 | 8         | 0           |
| 01/2013 | 9         | 0           |
| 02/2013 | 6         | 0           |
| 03/2013 | 6         | 0           |
| 04/2013 | 6         | 0           |
| 05/2013 | 5         | 0           |
| 06/2013 | 0         | 0           |
| 07/2013 | 10        | 0           |

## TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO

| Descrição | Valor (R\$) |
|-----------|-------------|
| PIS       | 0,46        |
| COFINS    | 0,09        |

## SUBSÍDIO

| Descrição        | Valor (R\$) |
|------------------|-------------|
| Valor do Serviço | 24,80       |
| Subsídio(-)      | 9,40        |
| Total de Serviço | 15,40       |

MÊS/ANO  
08/2013VENCIMENTO  
03/09/2013TOTAL A PAGAR (R\$)  
15,40

## ONDE PAGAR SUA FATURA

Bancos: Bradesco, BNB, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Triângulo. Outros: PagFácil. A Cagece disponibiliza o serviço de débito em conta de sua fatura. Ative já este serviço. Consulte sua agência.

É obrigação do usuário manter seu cadastro atualizado junto à Cagece, conforme resoluções das Agências Reguladoras.

Maiores informações pelo telefone: 0800 275 0195, nas lojas de atendimento, de 8h às 17h, no site [www.cagece.com.br](http://www.cagece.com.br) ou na ouvidoria Cagece: 3101.1918, de 8h às 12h e 13h às 17h. Ouvidoria estadual: 155. Site da ARCE: [www.arce.ce.gov.br](http://www.arce.ce.gov.br)

Entidades Reguladoras Fortaleza: ACFOR - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental: 0800 285 1919 - Demais Localidades: ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará: 0800 275 3838.



**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original e estanda  
conforme 28 de Junho de 2013

Carina Ribeiro Ribeiro - Tabeli  
Mariane Gomes Carriões - Substitui  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substitui  
Francisco da Rocha Sousa - Escrevent



República Federativa do Brasil

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

060692758-1

Nome

FEDER PAULUS MORAES GUERRA

Filiação

JOSE AUGUSTO TOSTES GUERRA

MARIA DAS GRACAS MORAES GUERRA

C.P.F.

398.350.483-34

Documento de Identidade

473309495 DETRAN-CE

Tipo Sang.

O

Nascimento

15/12/1970

Naturalidade

PORTALEZA

UF / Nacionalidade

CE / Brasileira

Crea de Registro

CREA-CE

Emissão

20/07/2009

Validade

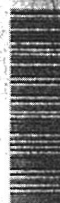
19/07/2014

Ass. Presidente

Antonio Roberto da Silva

Registro no Crea

125660



Título Profissional

Engenheiro Civil

Ass. do Profissional

00047320

Vale como Documento de Identidade a Lei Federal (52º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/98 e Lei nº 8206 de 07/05/75)

Comiss.  
Fis.  
Rubrica

18/11/2013

CARIMBO DE REGISTRO

AUTENTICACAO

estando

18 Novembro 2013

cidade

Roberto Pich - Substituta

Carlos Gomes de Brito - Substituta

Paulo Rodrigues de Brito - Substituta

Isco da Rocha de Brito - Substituta



estando

18 Novembro 2013

cidade

Roberto Pich - Substituta

Carlos Gomes de Brito - Substituta

Paulo Rodrigues de Brito - Substituta

Isco da Rocha de Brito - Substituta

Claro



CTCE FORTALEZA CE TTO  
SR A EDER PAULUS MORAES GUERRA  
R PROFESSOR MACAMBIRA 1080  
1080 CENTRO  
62130 - 000 MERUOCA CE



Data de Vencimento: 18/10/13 - Data de Postagem: 10/10/13



7211343575311630000000027530101013

Atendimento Claro - Lique 1052.

### Pontos no Claro Clube

|                       |       |
|-----------------------|-------|
| Saldo em 02/10/13     | 9.134 |
| Expirados em 30/09/13 | 0     |
| Resgatados em 09/13   | 0     |

| Número do seu Claro | Período de Uso             | Vencimento | Total a Pagar |
|---------------------|----------------------------|------------|---------------|
| 84 9169 4999        | de 02/09/2013 a 01/10/2013 | 18/10/2013 | R\$ 50,00     |

Valor pago na última conta: R\$ 50,00

Veja aqui o que está sendo cobrado

|                     |           |
|---------------------|-----------|
| Individuais         |           |
| Assinatura Controle | R\$ 50,00 |
| Total do Mês        | R\$ 50,00 |

|                      |                  |
|----------------------|------------------|
| <b>Total a Pagar</b> | <b>R\$ 50,00</b> |
|----------------------|------------------|

Veja no verso os detalhes do seu plano e serviços.

### Mensagens

A ABNT, acreditada pela Cocre/INMETRO, assegura o processo de cobrança e faturamento da Claro.



CARTÓRIO PINHEIRO MORAES  
REGISTROS E NOTAS  
Rua Proclamar José Laureano, 34  
Meruoca - CE Fone: (83) 3549.1162  
Meruoca - CE Fone: (83) 3549.1162

### AUTENTICAÇÃO

Confere com original e estando conforme. De

Meruoca, 28 de Novembro de 2013

Em testemunho da verdade

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelião  
Marlene Gomes Garayzes - Substituta  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto  
Francisco da Rocha Sousa - Escrevente

**ATENÇÃO:** Conta em Débito Automático. Prezados clientes,  
caso não ocorra o Débito Automático utilize esta conta  
para pagamento em dinheiro em qualquer banco credenciado.

Pague sua conta nos Bancos e Locais credenciados. Encargos por atraso serão cobrados na próxima conta. Contribuições para o FUST e FUNTEL (1% e 0,5% do valor dos serviços) não repassadas aos preços. Central de Atendimento da Anatel: 1331 - Ao ligar, informe o n° da reclamação registrada na prestadora.

Autenticação Mecânica:

Para uso do banco

Claro

Pague sua conta nos bancos credenciados preferencialmente: Itaú, HSBC, Banco do Brasil, Santander e outros.

|                          |                          |                     |           |            |
|--------------------------|--------------------------|---------------------|-----------|------------|
| Cliente                  | Código Débito Automático | Período de Uso      | Total     | Vencimento |
| SR(A) EDER PAULUS MORAES | 775798537                | 02/09/13 a 01/10/13 | R\$ 50,00 | 18/10/13   |
|                          | Claro NE DDD 81 a 89     |                     |           |            |

84830000000-1 | 50000221201-5 | 31018775798-0 | 53706018122-3



Autenticação Mecânica: \*\*\* RECEBIMENTO VIA DÉBITO AUTOMÁTICO  
- IDENT. DEB. AUT. 775798537 \*\*\* 237 - BRADESCO / Ag. 0702

\*00010275\*

Pág. 1 / 2



Seu documento é autêntico

PINHEIRO MORAIS  
ROS E NOTAS  
José Laureano, 34  
Fone: (88) 3649.116

Confere com o original e estando conforme, Dou fe.  
Meruoca 11 de novembro de 2013  
Em testemunho da verdade  
Mariane Gomes Gertrudes  
Pinheiro Moraes - Tabelião Substituta  
Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E DEFESA DA CIDADANIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular: José Ayrton Soares

CARTEIRA DE IDENTIDADE



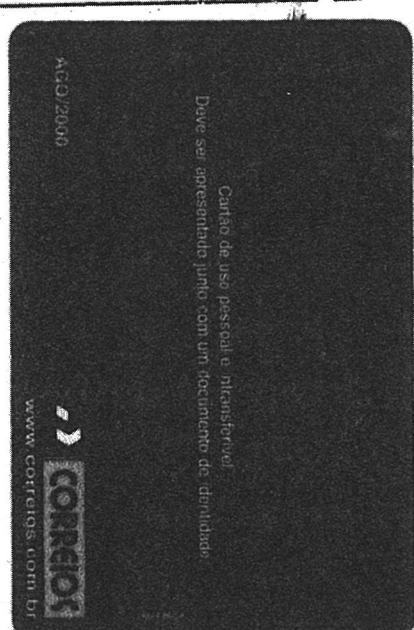
Seu documento é autêntico

CARTÓRIO PINHEIRO MORAIS  
REGISTROS E NOTAS  
Rua Procurador José Laureano, 34  
Meruoca - Ce Fone: (88) 3649.1162

**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original e estando conforme, Dou fe.  
Meruoca 11 de novembro de 2013  
Em testemunho da verdade  
Mariane Gomes Gertrudes  
☐ Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelião  
☒ Marlene Gomes Gertrudes - Substituta  
☐ Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO  
NOME: JOSE AIRTON SOARES  
FILIAÇÃO: RAIMUNDO GENTIL SOARES E MARIA DE LOURDES SOARES  
NATURALIDADE: MERUOCA-CE  
DATA DE NASCIMENTO: 16/12/1978  
DOC ORIGINAL: CERT. NASC. 2802 L A3 F  
247 MERUOCA/CE



CARTÓRIO PINHEIRO MORAIS  
REGISTROS E NOTAS  
Rua Procurador José Laureano, 34  
Meruoca - Ce Fone: (88) 3649.1162

**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original e estando conforme, Dou fe.  
Meruoca 11 de novembro de 2013  
Em testemunho da verdade  
Mariane Gomes Gertrudes  
☐ Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelião  
☒ Marlene Gomes Gertrudes - Substituta  
☐ Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto



Nº de Inscrição:  
**59453834**



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria das Cidades

#### DADOS DO CLIENTE

Nome: JOSE AIRTON SOARES  
End. Leitura: RU PRO MACAMBIRA, 11, FNS, CENTRO  
Cidade: MERUOCA CEP: 62.130-000  
End. Entrega:  
Cidade: CEP: 60.000-000  
Local: 133 Setor: 001 Quadra: 043 Lote: 0030 Comp: 0000  
Subsetor: Subquadra:

#### ECONOMIAS

Residencial: 001 Comercial: 000 Industrial: 000 Pública: 000

#### INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

| Serviço | Medidor    | Leitura Anterior | Leitura Atual | Volume (m³) | Média Semestral (m³) |
|---------|------------|------------------|---------------|-------------|----------------------|
| AGUA    | A04L310510 | 628              | 630           | 2           | 2                    |

#### DATAS

Leitura Atual: 27/09/2013 Emissão: 21/10/2013 Lacre Água: A04L310510  
Leitura Anterior: 26/08/2013 Próxima Leitura: 27/10/2013 Lacre Esgoto:

#### QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 10/2013

| Nº de Amostras  | Cloro | Turbidez | Cor | Coliformes Totais | Escherichia Coli |
|-----------------|-------|----------|-----|-------------------|------------------|
| Exigidas        | 10    | 10       | 10  | 10                | 10               |
| Analisadas      | 41    | 11       | 11  | 11                | 11               |
| Em conformidade | 41    | 11       | 10  | 11                | 11               |

#### MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

AGRADECEMOS SUA PONTUALIDADE. ÁGUA TRATADA E SAUDE.

CONSUMO COBRADO PELA MEDIA DE 2 M3.

DEVIDO A FALTA DE CHUVAS FAÇA USO RACIONAL P/ ECONOMIZAR AGUA



CARTÓRIO PINHEIRO MORAIS  
REGISTROS E NOTAS  
Rua Procurador José Laureano, 34  
Meruoca - Ce Fone: (88) 3643.1162

#### AUTENTICAÇÃO

Conferência dos serviços  
Conferir com o original e estando  
conforme Dou fe

Meruoca 11 de novembro de 2013

Em testemunho

*Marcos Paulo Rodrigues Moraes*  
☐ Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelião  
☒ Mariene Gomes Gertrudes - Substituto  
☐ Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto

| Valor (R\$) | HISTÓRICO DE VOLUME |           |             |
|-------------|---------------------|-----------|-------------|
|             | Mês/Ano             | Água (m³) | Esgoto (m³) |
| 15,10       | 10/2012             | 5         | 0           |
|             | 11/2012             | 5         | 0           |
|             | 12/2012             | 5         | 0           |
|             | 01/2013             | 5         | 0           |
|             | 02/2013             | 4         | 0           |
|             | 03/2013             | 4         | 0           |
|             | 04/2013             | 3         | 0           |
|             | 05/2013             | 3         | 0           |
|             | 06/2013             | 0         | 0           |
|             | 07/2013             | 0         | 0           |
|             | 08/2013             | 0         | 0           |
|             | 09/2013             | 0         | 0           |

#### TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO

| Descrição | Valor (R\$) |
|-----------|-------------|
| PIS       | 0,45        |
| COFINS    | 0,09        |

#### SUBSÍDIO

| Descrição        | Valor (R\$) |
|------------------|-------------|
| Valor do Serviço | 24,50       |
| Subsídio(-)      | 9,40        |
| Total de Serviço | 15,10       |

MÊS/ANO  
10/2013

VENCIMENTO  
04/11/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)  
15,10

#### ONDE PAGAR SUA FATURA

Banco: Bradesco, BNPar, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Titulizar, Outras Fintechs e instituições de serviço de pagamentos.



É obrigação do usuário manter seu cadastro atualizado junto à Cagece, conforme resoluções das Agências Reguladoras.

Maiores informações pelo telefone: 0800 275 0195, nas lojas de atendimento, de 8h às 17h, no site [www.cagece.com.br](http://www.cagece.com.br) ou na ouvidoria Cagece: 3101.1918, de 8h às 12h e 13h às 17h. Ouvidoria estadual: 155. Site da ARCE: [www.arce.ce.gov.br](http://www.arce.ce.gov.br)

Entidades Reguladoras Fortaleza: ACFOR - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental: 8888 285 1919 - Demais Localidades: ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará: 8888 275 3838.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2007009094960 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/5/2007

NOME Zaqueu Carneiro Oliveira Junior

FILIAÇÃO Zaqueu Carneiro Oliveira e Jandira Brandão Moreira

NATURALIDADE MÉRJOCA-CE DATA DE NASCIMENTO 3/9/1972

CERT. NASC. 11.060 L A-29 F

266V MÉRJOCA/CE

CPF 422941343-20 ID. ANT. 170841089

FORTALEZA-CE ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 11.141 DE 29/05/03

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO DE BIOMÉTRIA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

**AUTENTICAÇÃO**

Confero com o original e estando conforme. D. 11 de novembro de 2013

Em testemunho da verdade

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelião

Mariene Gomes Gertrudes - Substituta

Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto

☒ Francisco da Rocha Sousa - Escrevente

**AUTENTICAÇÃO**

Confero com o original e estando conforme. D. 11 de novembro de 2013

Em testemunho da verdade

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelião

Mariene Gomes Gertrudes - Substituta

Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto

☒ Francisco da Rocha Sousa - Escrevente

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

Zaqueu Carneiro Oliveira Junior

**VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

Emitido em: 08/11/93

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome Zaqueu Carneiro Oliveira Junior

Nº de Inscrição 422941343-20 Data do Nascimento 03/09/72

**AUTENTICAÇÃO**

Confero com o original e estando conforme. D. 11 de novembro de 2013

Em testemunho da verdade

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelião

Mariene Gomes Gertrudes - Substituta

Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto

☒ Francisco da Rocha Sousa - Escrevente

**AUTENTICAÇÃO**

Confero com o original e estando conforme. D. 11 de novembro de 2013

Em testemunho da verdade

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelião

Mariene Gomes Gertrudes - Substituta

Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto

☒ Francisco da Rocha Sousa - Escrevente



Nº DO CLIENTE

294126-0

coelce

uma empresa (100%) da

Para aplicar seu atendimento, utilize o número de cliente sempre que estiver em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 8.438, de 26 de Setembro de 2002.

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-4 | N°

310937514

Rota 16 32140 01 012450 - 1 Data de Emissão 23/10/2013

Nome JANDIRA BRANDAO MOREIRA

End. Postal D JOSE 00123

- MERUOCA - 62130000

Medidor 1001803

Poste 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA

Fator de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 071132853-68

CGF

Nome do Responsável

DATAS

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Mês de Referência 23/10/2013 Data da Apresentação 22/11/2013

Conjunto SOBRAL I  
Mês Ago/2013 ELIG 6,95

ICMS

Padrão DICA 0,00 P

Base de Cálculo (R\$) Alíquota Valor do Imposto

ISENTO

|      | Atual | Anterior | Const. | Consumo (kWh) | Consumo Incl. | Consumo Excl. | Tarifa (R\$/kWh) | Valor (R\$) |
|------|-------|----------|--------|---------------|---------------|---------------|------------------|-------------|
| DIC  | 5,43  | 10,85    | 21,73  | 1,31          | 1,31          | 1,31          |                  |             |
| FIC  | 3,42  | 6,85     | 13,70  | 1,00          | 1,00          | 1,00          |                  |             |
| DMIC | 3,11  |          |        | 1,31          |               |               |                  |             |

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

F462.E369.6E88.6814.C28A.7384.9195.400A

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

| Período  | Consumo (kWh) | Consumo Incl. | Consumo Excl. | Tarifa (R\$/kWh) | Valor (R\$) |
|----------|---------------|---------------|---------------|------------------|-------------|
| 20/10/13 | 4903          | 4823          | 1,00          | 0,00             | 3,33        |
| 20/09/13 |               |               |               | 0,00             | 9,52        |
| 33 DIAS  |               |               |               | 0,00             | 12,85       |

DESCRIÇÃO

VALOR

VALOR CONSUMO DO MES  
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL  
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA



11/11/2013

TOTAL A

10,00

AUTENTICAÇÃO

Confere com original e estando conforme. D. é

Meruoca 11 de Novembro de 2013  
Em testemunho da verdade

Karina Ribeiro Figueira Moraes - Tabelião  
Mariane Gomes Gervudes - Substituta  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto  
Francisco da Rocha Sousa - Escrevente

## Relatório do Conselho de Radiodifusão Comunitária de Meruoca

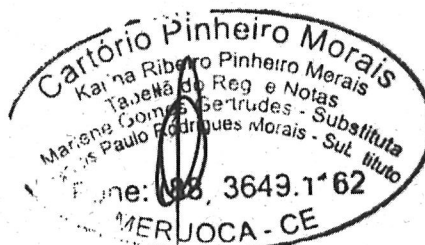


Este relatório é o mecanismo de acompanhamento e avaliação da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária do Município de Meruoca, Meruoca FM, autorizada pelo o Ministério das Comunicações, vinculada a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca ABCCM, que submete a este Conselho para parecer e avaliação sua grade de programação anual e se a mesma demonstra o desempenho da emissora no atendimento da Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária tendo em vista o atendimento de interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro, de 1998, no período de 11.10.2013 a 31.12.2013, a fim de permitir verificar se os resultados previstos estão sendo alcançados.

### PARECER e AVALIAÇÃO FINAL

Em reunião realizada na sede da entidade mantenedora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, localizada na Avenida Carlos Davi, s/n – Bairro Alto das Flores - Meruoca-CE., com a presença dos membros do Conselho de Radiodifusão Comunitária de Meruoca, em 11.10.2013, em obediência ao item 21.4.1. da Norma 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, chegaram a seguinte conclusão sobre a grade de programação da emissora.

É importante ressaltar que a entidade qualificada como autorizada a executar Serviço de Radiodifusão Comunitária no período de sua gestão atual e futuras administrações, sempre relatar as dificuldades enfrentadas por esta emissora, assim poderemos enviar ao Poder Concedente que fiscaliza o serviço, as necessidades básicas para manter um serviço desta natureza. Apesar da grade de programação apresentada para parecer e avaliação atender os anseios da comunidade local e dos princípios art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro, de 1998, ainda carece de aperfeiçoamento, devendo para tanto, a direção da emissora através de seus dirigentes, apresentar mais alternativas e propostas para que beneficie ainda mais a comunidade atendida pelo serviço, bem como criar demandas para os períodos seguintes, identificando possíveis melhorias em sua grade de programação. Espera-se que este relatório sirva de incentivo a esta emissora, pois entendemos que fazer e manter uma emissora de rádio requer muito incentivo e dedicação do setor público e privado.



Assinatura dos Conselheiros devidamente identificados.

Presidente: *Jon da Silva Cândido*

Vice-Presidente: *Maria Estela Bernardo*

Secretário: *Maria Helena Gomes Gertudes*

Membros: *José Guilherme de Saes*  
*Felipe Lebaldo Munder Aben*



**CARTÓRIO PINHEIRO MORAIS**  
REGISTRO DE REG. E NOTAS  
Rua Procuressas, 1205, Meruoca, 34  
Meruoca - Ce Fone: (88) 3649.1162

RECONHECO A(S) FIRMAS(S) DE *JOSE DA SILVA CANDIDO E MARIA ESTELA BERNARDO*

( ) por autenticidade (X) por semelhança dou fe  
Meruoca *28* de *NOVEMBRO* de *2013*  
Em testemunho *da verdade*

☐ Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabelião  
☐ Marlene Gomes Gertudes - Substituta  
☐ Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto  
☒ Francisco da Rocha Sousa - Escrevente



## PROGRAMAÇÃO RADIO MERUOCA FM 105,9Mhz



### Segunda à Sexta:

- ✓ 05:00 - Abertura
- ✓ 05:05 às 06:25 – Programa: Acordando com Você
- ✓ 06:30 às 07:00 – Programa: Em Sintonia com o Ouvinte
- ✓ 07:05 às 09:55 – Programa: Pediu Tocou
- ✓ 10:00 às 10:50 – Programa: Hora do Esporte
- ✓ 11:00 às 12:00 – Programa: Palavra de Vida
- ✓ 13:00 às 14:00 – Programa: A voz das Comunidades
- ✓ 14:05 às 16:00 – Programa: Expresso da Tarde
- ✓ 16:05 às 17:55 – programa: Club de Brega
- ✓ 18:00 às 18:30 – Hora do Angelo (Santo Terço)
- ✓ 19:00 às 20:00 – Hora do Brasil
- ✓ 20:05 às 23:55 – Programa: Romantismo 105,9
- ✓ 00:00 – Encerramento

### Sábado:

- ✓ 05:00 - Abertura
- ✓ 05:05 às 08:00 – Programa: Acorda Meruoca
- ✓ 08:05 às 10:55 – Programa: Sabadão Total
- ✓ 11:00 às 11:55 – Programa: Hora do Esporte
- ✓ 11:00 às 12:55 – Programa: As Mais da 105,9
- ✓ 13:00 às 17:55 – Programa: Resumo da Semana
- ✓ 18:00 às 18:30 – Programa: Hora do Angelo (Santo Terço)
- ✓ 20:00 às 23:55 – Programa: Romantismo 105,9
- ✓ 00:00 – Encerramento

### Domingo:

- ✓ 05:00 - Abertura
- ✓ 05:05 às 07:55 – Programa: Microfone Aberto
- ✓ 08:00 às 09:30 – Transmissão da Santa Missa – Igreja Matriz
- ✓ 10:00 às 13:00 – Programa: Sacudindo a Cidade
- ✓ 13:05 às 18:00 – Programa: Tarde Livre
- ✓ 18:05 às 21:30 – Programa: Show da Noite
- ✓ 21:35 às 23:55 – Programa: Resumo Esportivo
- ✓ 00:00 – Encerramento



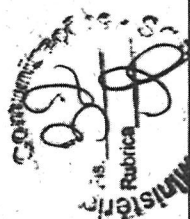
### **RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA ABCCM**

Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca

CNPJ- 02.079.345/0001-08

Av. Carlos Davi, s/n – Alto das Flores – Meruoca.CE CEP: 62130.000

| <b>NOME DO ASSOCIADO</b>           | <b>IDENTIDADE</b>    | <b>ENDEREÇO</b>   |
|------------------------------------|----------------------|---|
| Rômulo Marques Alves               | 174393588/SSP.CE     | Rua Jandira Marques, 10 – Centro – Meruoca.CE.          |
| Eder Paulus Morais Guerra          | 24640/SSP.CE         | Rua Professor Macambira, 1080 – Centro – Meruoca.CE.    |
| Raquel Carneiro Oliveira Junior    | 2007009094960/SSP.CE | Rua Dom José, 123 – Centro – Meruoca.CE.                |
| José Airton Soares                 | 2000031056998/SSP.CE | Rua Professor Macambira, 11 – Centro – Meruoca.CE       |
| Tomaz de Aquino Viana              | 1428975/SSP.CE       | Distrito de São Francisco – Meruoca.CE.                 |
| Heliomar Ferreira Rodrigues        | 264949893/SSP.CE     | Rua São José, 164 – Centro – Meruoca.CE.                |
| Raimundo Pimentel Gomes Neto       | 355501/SSP.CE        | Distrito de São Francisco – Meruoca.CE.                 |
| José Alderi Cândido                | 23573581/SSP.CE      | Rua Dom Expedito Lopes, 374 – Centro – Meruoca.CE.      |
| José do Carmo Soares               | 1163576/SSP.CE       | Trav. Coronel José Teixeira, 190 – Centro – Meruoca.CE. |
| João Soares de Oliveira            | 400298/SSP.CE        | Rua Dom José, s/n – Centro – Meruoca.CE.                |
| Tomaz Carlos Viana                 | 2002031031711/SSP.CE | Distrito de São Francisco – Meruoca.CE.                 |
| Gerson Carlos Viana                | 2003031023792/SSP.CE | Distrito de São Francisco – Meruoca.CE.                 |
| João Pio Sabino                    | 33527682/SSP.CE      | Sítio Palmeiras – Meruoca.CE.                           |
| Herik Zednik Rodrigues             | 534003410075/SSP.CE  | Rua Professor Macambira, 1080 – Centro – Meruoca.CE.    |
| Francisco Geralberto Carneiro      | 2000031069909/SSP.CE | Rua Monsenhor Furtado, 784 - Centro – Meruoca.CE.       |
| Maria Jandira Marques Alves        | 651603/SSP.CE        | Av. Pedro Sampaio, 592 – Centro – Meruoca.CE.           |
| Jandira Brandão Moreira            | 2007484795/SSP.CE    | Rua Dom José, 123 – Centro – Meruoca.CE.                |
| Reijane Marques Alves              | 98031088288/SSP.CE   | Av. Pedro Sampaio, s/n - Altos – Centro – Meruoca.CE.   |
| Terezinha Nágila Linhares Carneiro | 2007031040207/SSP.CE | Rua Jandira Marques, 10 – Centro – Meruoca.CE.          |
| Maria Anita Marques de Araújo      | 2005031053426/SSP.CE | Av. Pedro Sampaio, 595 – Centro – Meruoca.CE.           |
| Luziana Matos de Souza             | 2005031071319/SSP.CE | Av. Carlos Davi, s/n – Centro – Meruoca.CE              |
| Eridan Ferreira de Lima            | 1403616-87/SSP.CE    | Rua São José s/n – Centro – Meruoca.CE                  |
| José Valdecir Araújo Barros        | 20644879/SSP.CE      | Rua da Cagece, s/n Meruoca.CE                           |



|                                |                      |  |
|--------------------------------|----------------------|--|
| Maria Célia Araújo Barros      | 335280-82/SSP.CE     | Av. Carlos Davi, 685 – Centro – Meruoca.CE   |
| Manoel de Melo Balbino         | 161404-80/SSP.CE     | Sítio Santo Antônio dos Melos – Meruoca.CE   |
| Maria Ivone Viana Soares       | 2137772-91/SSP.CE    | Sítio Santa Úrsula – Meruoca.CE              |
| Francisco Viana Lima           | 402967-82/SSP.CE     | Distrito de São Francisco– Meruoca.CE        |
| José Ferreira Bezerra          | 2807879-94/SSP.CE    | Distrito de São Francisco – Meruoca.CE       |
| Paulo Rodrigues Cavalcante     | 95031019311/SSP.CE   | Sítio Santo Elias – Meruoca.CE               |
| Maria das Graças Frutuoso      | 2003031040107/SSP.CE | Distrito de São Francisco – Meruoca.CE       |
| Francisco José Herculano       | 691682/SSP.CE        | Distrito De São Francisco – Meruoca.CE       |
| Manoel Rodrigues do Nascimento | 502736/SSP.CE        | Rua São José, 164 – Centro – Meruoca.CE      |
| Maurício Mascarenhas Sanford   | 94002637040/SSP.CE   | Sítio Monte – Meruoca.CE                     |
| Bernadete Barbosa Cavalcante   | 499630-82/SSP.CE     | Sítio Santo Elias – Meruoca.CE               |
| Evaldo Marcos Cândido          | 227579592/SSP.CE     | Rua Procurador José Laureano – Meruoca.CE    |
| Raimundo Rodrigues de Paulo    | 1163597/SSP.CE       | Av. Pedro Sampaio, 460 – Centro – Meruoca.CE |

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIA DE  
MERUOCA - ABCCM**



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Rômulo Marques Alves, na qualidade de representante legal da Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca, declaro perante o Ministério das Comunicações que solicitamos a Agência Nacional de Telecomunicações no Ceará, vistoria para fins específicos e efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Anexo doc. Correios envio da solicitação.

Meruoca, 26 de novembro de 2013

**Rômulo Marques Alves**

**Presidente**

**CPF/MF Nº 42293871304**

**RECONHECIMENTO DE ASSINATURA**

Por autenticidade ( ) por semelhança dou

Meruoca 26 de novembro de 2013

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade

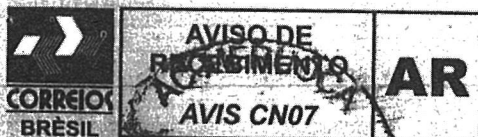
☐ Karina Ribeiro - Tabelião - Tabelião

☐ Marlene Gomes Gerydes - Substitu

☐ Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substitu

☒ Francisco da Rocha Sousa - Escrever

**CARTÓRIO PINHEIRO MORAIS**  
REGISTROS E NOTAS  
Rua Proclamar José Laureano, 34  
Meruoca - Ce. Fone: (88) 3649.1162



SA 88983889 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT  
26 NOV 2013

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

|   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|
| / | / | / | / | / | / |
| : | h | : | h | : | h |

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ABCCMERUOCA A/C ROMULO MAR  
QUES ALVES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

AV CARLOS DAVI ALTO DAS  
FLORES

CIDADE / LOCALITÉ

MERUOCA

UF

CE

BRASIL

6 2 1 3 0 0 0 0

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

## AUTENTICAÇÃO

Confere com o original e estando  
conforme Dou fe.

Meruoca 26 de novembro 2013

Em testemunho, da verdade

Mariane Gomes Gertrudes

- ☐ Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Tabeliã  
☒ Marlene Gomes Gertrudes - Substituta  
☐ Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto

REGISTROS E NOTAS

Rua Procurador José Laureano, 34  
Meruoca - Ce Fone: (88) 3649.1162

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ANATEL

ENDEREÇO / ADRESSE

AV SENADOR VIRGILIO TAVORA 2500

CEP / CODE POSTAL

60170-253

CIDADE / LOCALITÉ

FORTALEZA

UF

CE

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

SOLICITO VISTORIA PARA FINS DE  
RENOVAÇÃO DE ORTOGA

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURO / VALEUR DÉCLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

Válido  
selo de

Destinatário: **MINISTÉRIO DE**  
**COORDENAÇÃO**  
**DA DOS MIN**  
**TERÍOS - GLOCO R 3º ANDAR**  
**BRASÍLIA - DF**

10 4490



**CORREIOS**  
PESO (kg)

☐ AR  
☐ MP

# PAC

PB 98224480 6 BR



28 NOV 1998



853003904

Remetente:

Endereço:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |

USO EXCLUSIVO DO CORREIO

- ☐ Ausente  
☐ Faltoso  
☐ Recusado  
☐ Mudança

- ☐ Endereço insuportável  
☐ Não existe o número  
☐ Bloqueado  
☐ Outros (especificar)

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 01 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 01/08/2014, às 14:34, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0066435** e o código CRC **6BD24476**.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

**Nome do Eleitor:** ROMULO MARQUES ALVES

**Inscrição:** 029339580787

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

**Partido UF Município Data de Filiação**

1 PHS CE MERUOCA 12/01/2014

Certidão emitida às 09:11:29 de 20/10/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **OPW/.RLXM.D2IA.TN8E**



# DivulgaCand

## Divulgação de Registro de Candidato

JUSTIÇA  
ELEITORAL

### Registro de Candidatura - Vereador (MERUOCA / CE)



**Nome para urna eletrônica:** ROMULO MARQUES **Número:** 10000  
**Nome completo:** ROMULO MARQUES ALVES **Sexo:** Masculino  
**Data de nascimento:** 29/04/1970 **Estado civil:** Casado(a)  
**Nacionalidade:** Brasileira nata **Naturalidade:** MERUOCA / CE  
**Grau de instrução:** Ensino Médio completo **Ocupação:** Operador de Equipamento de Rádio, Televisão, Som e Cinema

**Endereço do site do candidato:**

**Partido:** Partido Republicano Brasileiro - PRB - (10)  
**Coligação:** MERUOCA TE QUERO BEM.  
**Composição da coligação:** PRB / PTB / PMDB / PSB  
**No. processo:** 62-22.2012.6.06.0106 **No. protocolo:** 551612012  
**CNPJ de campanha:** 16.020.699/0001-91 **Limite de gastos:** 50.000,00

**Situação do Registro**  
[Sobre a Situação do Registro]  
APTO  
(Deferido)

[← Voltar](#)

[Gerar PDF](#)

Dados fornecidos pelo candidato no processo de registro de candidaturas. Outras informações, entrar em contato com o cartório eleitoral do município.

Declaração de bens

Certidões criminais

Situação do processo

Prestação de contas

| Seq. | Descrição do bem                | Tipo do bem  | Valor do bem (R\$) |
|------|---------------------------------|--|--------------------|
| 1    | MOTO BROZ 2012                  | Veículo automotor terrestre: caminhão, automóvel, moto, etc. | 10.000,00          |
| 2    | GOL 1996                        | Veículo automotor terrestre: caminhão, automóvel, moto, etc. | 8.000,00           |
| 3    | POUPANÇA                        | Depósito bancário em conta corrente no País                  | 10.000,00          |
| 4    | EM ESPECIE                      | Dinheiro em espécie - moeda nacional                         | 10.000,00          |
| 5    | RUA JANDIRA MARQUES, APROX.80M² | Terreno  | 5.000,00           |
|      |                                 |  | Total: 43.000,00   |

5 bem(ns) encontrado(s):



**Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**  
**Secretaria de Tecnologia da Informação**  
**Resultados Eleitorais - Eleições Municipais 2012 - 1º Turno - 07/10/2012**  
**Dados gerados em 31/10/2012 sujeitos a alterações**

**RESULTADO GERAL**

**Município: MERUOCA**

| <b>Cargo</b>  | <b>Número</b> | <b>Nome do Candidato</b>                   | <b>Nome para Urna</b>  | <b>Votos Nominais</b> | <b>Situação</b>  | <b>% Válidos</b> | <b>Partido</b> | <b>Partido/Coligação</b>        |
|---------------|---------------|--|------------------------|-----------------------|------------------|------------------|----------------|---------------------------------|
| Prefeito      | 10            | HERIK ZEDNIK RODRIGUES                     | HERIKA                 | 3.553                 | Eleito           | 100,00           | PRB            | PRB / PTB / PMDB / PSB          |
| Vice-Prefeito | 10            | JOSE TUPINAMBA PONTES PARENTE              | BAIA PARENTE           |                       | Eleito           |                  | PTB            | PRB / PTB / PMDB / PSB          |
| Vereador      | 13147         | CARLOS JOSE MAGALHAES DO NASCIMENTO        | CARLOS JOSE DO PIMENTA | 628                   | Eleito por QP    | 7,26             | PT             | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |
| Vereador      | 13000         | CARLA MARA PONTE DAVI                      | CARLA MARA             | 538                   | Eleito por QP    | 6,22             | PT             | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |
| Vereador      | 13133         | ANA CARINA DE OLIVEIRA SANTOS              | CARINA                 | 504                   | Eleito por QP    | 5,83             | PT             | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |
| Vereador      | 13678         | MARIA DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE DE ALCÂNTARA | NENEM                  | 499                   | Eleito por QP    | 5,77             | PT             | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |
| Vereador      | 65456         | DALTONY MARCIO AGUIAR TRAJANO              | DALTIM                 | 484                   | Eleito por QP    | 5,60             | PC do B        | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |
| Vereador      | 31234         | JOSE OLAVO DE SOUZA                        | ZEZE                   | 442                   | Eleito por média | 5,11             | PHS            | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |
| Vereador      | 15000         | FRANCISCO OLIMPIO FROTA MONT ALVERNE       | DOUTOR OLIMPIO         | 438                   | Eleito por QP    | 5,07             | PMDB           | PRB / PTB / PMDB / PSB          |
| Vereador      | 65789         | MARIA VALDELIDIA BARROS MENDES             | VALDELIDIA             | 421                   | Suplente         | 4,87             | PC do B        | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |
| Vereador      | 40123         | JOSE ADEMAR MARQUES                        | ADEMAR                 | 395                   | Eleito por QP    | 4,57             | PSB            | PRB / PTB / PMDB / PSB          |
| Vereador      | 13602         | JOAO MENDES DE SOUZA                       | JOÃO GLORIA            | 342                   | Suplente         | 3,96             | PT             | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |
| Vereador      | 10001         | ROBERTO VIANA TEIXEIRA                     | ROBERTO                | 341                   | Eleito por QP    | 3,94             | PRB            | PRB / PTB / PMDB / PSB          |
| Vereador      | 14789         | HELIOMAR FERREIRA RODRIGUES                | HELIOMAR               | 321                   | Suplente         | 3,71             | PTB            | PRB / PTB / PMDB / PSB          |
| Vereador      | 13456         | JOSE ARNOBIO DE SOUZA                      | ARNOBIO                | 286                   | Suplente         | 3,31             | PT             | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |
| Vereador      | 10456         | JOSE RIBAMAR DE SOUZA                      | RIBAMAR                | 262                   | Suplente         | 3,03             | PRB            | PRB / PTB / PMDB / PSB          |
| Vereador      | 10345         | GENIVAL CARLOS DINIZ                       | GENIVAL                | 262                   | Suplente         | 3,03             | PRB            | PRB / PTB / PMDB / PSB          |
| Vereador      | 13234         | CARLOS SILVA BARBOSA                       | CARLINHOS              | 237                   | Suplente         | 2,74             | PT             | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |
| Vereador      | 12222         | MARIA DO CARMO GOMES                       | CARMEM                 | 235                   | Suplente         | 2,72             | PDT            | PDT / PT / PRTB / PHS / PC do B |

|          |       |  |                       |              |              |                                    |
|----------|-------|--|-----------------------|--------------|--------------|------------------------------------|
| Vereador | 10111 | JOSÉ ELIEZIO<br>TRAJANO<br>ALVES               | ELIEZIO               | 182 Suplente | 2,11 PRB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 31123 | JOSE VALMIR<br>BARROS FILHO                    | VALMIR DO<br>GAS      | 182 Suplente | 2,11 PHS     | PDT / PT / PRTB / PHS /<br>PC do B |
| Vereador | 10789 | ANTONIO<br>CARLOS DINIZ<br>LAUREANO            | CARLÃO                | 174 Suplente | 2,01 PRB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 10000 | ROMULO<br>MARQUES<br>ALVES                     | ROMULO<br>MARQUES     | 163 Suplente | 1,89 PRB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 13789 | FRANCISCO<br>CLAUDE<br>CANDIDO<br>PEREIRA      | CLAUDINHO             | 154 Suplente | 1,78 PT      | PDT / PT / PRTB / PHS /<br>PC do B |
| Vereador | 13123 | ANTONIO<br>CRISPIM DA<br>SILVA<br>CANDIDO      | CRISPIM               | 105 Suplente | 1,21 PT      | PDT / PT / PRTB / PHS /<br>PC do B |
| Vereador | 65123 | MARIA DA<br>COSTA PIRES                        | MARIA BENTO           | 84 Suplente  | 0,97 PC do B | PDT / PT / PRTB / PHS /<br>PC do B |
| Vereador | 10234 | VANUSA<br>RODRIGUES<br>DA SILVA                | VANUSA                | 83 Suplente  | 0,96 PRB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 12345 | MARCOS<br>ANTONIO<br>LAUREANO                  | COCEL                 | 78 Suplente  | 0,90 PDT     | PDT / PT / PRTB / PHS /<br>PC do B |
| Vereador | 40456 | JOAO BATISTA<br>TOMAZ                          | DR. BATISTA           | 59 Suplente  | 0,68 PSB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 10110 | HIDER<br>FERNANDES<br>DA SILVA                 | QUIDITA               | 57 Suplente  | 0,66 PRB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 13333 | MANOEL<br>MESSIAS<br>PIRES                     | MANOELZINHO           | 46 Suplente  | 0,53 PT      | PDT / PT / PRTB / PHS /<br>PC do B |
| Vereador | 10333 | JOSE ALBERI<br>DE SOUZA<br>JUNIOR              | JUNIOR DO<br>SAO JOAO | 34 Suplente  | 0,39 PRB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 14000 | MARIA<br>AURICELIA DE<br>HOLANDA<br>NASCIMENTO | AURICELIA<br>HOLANDA  | 29 Suplente  | 0,34 PTB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 10100 | HELIDA ZEDNIK<br>RODRIGUES<br>LIMA             | HELIDA<br>ZEDNIK      | 7 Suplente   | 0,08 PRB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 40111 | HELENA<br>VASCONCELOS<br>SANFORD               | HELENA<br>SANFORD     | 1 Suplente   | 0,01 PSB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 15123 | MARIA LIDUINA<br>MANÇO                         | LIDUINA               | 0 Suplente   | 0,00 PMDB    | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 10103 | FRANCISCA<br>CLEIA DE<br>SOUZA                 | CLEIA                 | 0 Suplente   | 0,00 PRB     | PRB / PTB / PMDB / PSB             |
| Vereador | 28000 | JOSE ALBERTO<br>TORRES<br>INACIO               | ALBERTO               | 0 Suplente   | 0,00 PRTB    | PDT / PT / PRTB / PHS /<br>PC do B |

## Romulo Marques 10000

Candidato a Vereador Suplente Meruoca / CE

Agradecemos pelo feedback. [Desfazer](#)

Usamos seu feedback para analisar os anúncios deste site.

**Romulo Marques** foi candidato a Vereador e ficou como suplente em **Meruoca** pelo **PRB** na coligação **Meruoca te quero Bem**. Obteve **163 votos** (1,89%).

Nome: Romulo Marques Alves

Idade: 44 anos (29/04/1970)

Naturalidade: Meruoca/CE

Estado Civil: Casado(A)

Ocupação: Operador de Equipamento de Rádio, Televisão, Som e Cinema

Escolaridade: Ensino Médio Completo

Google

### Dados do Candidato a Vereador Romulo Marques 10000

Resultado: SUPLENTE

Votação: **163 Votos**

Cargo a que concorre: Vereador

Nome para urna: Romulo Marques

Número: 10000

Estado: Ceará

Município: Meruoca

Partido: Partido Republicano Brasileiro - PRB

Coligação: Meruoca te quero Bem (PRB / PTB / PMDB / PSB)

[« Candidatos a Vereador Meruoca](#)

### Outros Candidatos do PRB

Prefeito do PRB:

[Hêrika - 10](#)

Vereadores do PRB:

[Helida Zednik - 10100](#)

[Ribamar - 10456](#)

[Quidita - 10110](#)

[Junior do Sao Joao - 10333](#)

[Vanusa - 10234](#)

Agradecemos pelo feedback. [Desfazer](#)

Usamos seu feedback para analisar os anúncios deste site.

Google



ROMULO MARQUES 10000



Agradecemos pelo  
feedback. [Desfazer](#)

Usamos seu  
feedback para  
analisar os anúncios  
deste site.

Google

© 2012 7Graus - **Eleições 2012**: informações sobre os candidatos a prefeito e vereador nas *Eleições Municipais de 2012*. Resultados, candidatos eleitos, ...  
Aviso: Este site não realiza nenhum tipo de pesquisa eleitoral registrada, prevista no artigo 33 da Lei nº 9504/97. Todos os dados apresentados são públicos e disponibilizados pelo TSE Tribunal Superior Eleitoral.

[Termos de Uso](#) | [Política de Privacidade](#) | [Candidatos Populares](#) | [Contato](#)

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

## NOTA TÉCNICA Nº 14207/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.071627/2013-34**

Processo de Outorga nº: 53650.002604/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

---

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Meruoca/CE**.

## ANÁLISE

---

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação ao disposto nos itens 8.2, alíneas "f" e "k" e 8.3, alíneas "g" e "h" da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

*f) indicar **endereço completo** da sede da entidade, a qual deverá estar situada na área de execução do serviço;*

(...)

*k) indicar que constituirá um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária.*

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

(...)

g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

II. Ainda com relação ao Estatuto Social, são necessárias as seguintes observações:

a. A atual redação do art. III e parágrafo único, que restringe o ingresso de associados a parcela específica da sociedade, ou seja, pessoas físicas que tem atividade, ou queiram ter, ligada a área da cultura e da comunicação e que forem apresentados por um associado, afronta o item 8.3, alínea "b" da Norma nº 1/2011 e também precisa de adequação:

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

(...)

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de **todo e qualquer cidadão** domiciliado na área de execução do serviço;

b. O art. III, parágrafo 2 do Estatuto Social, não garante o direito de voto aos associados pessoas jurídicas, contrariando o disposto no item 8.3, alínea "d" da Norma nº 1/2011:

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

(...)

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, **mediante voto**, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e **voto** nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

c. Para que seja devidamente respeitada a restrição imposta pelo item 8.2, alínea "h.3", da Norma nº 1/2011, a redação do art. XXI do Estatuto Social deve contemplar, expressamente, a limitação do mandato dos membros da diretoria a uma única recondução;

*h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida **uma recondução**;*

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

IV. Diante da documentação constante dos autos de seu processo, constatou-se que a Entidade indicou, por meio de alguns documentos, denominações que variam umas das outras, quanto à razão social e ao endereço, conforme abaixo indicado:

- No registro do CNPJ consta a seguinte denominação: Associação Beneficente e Cultural **Comunitário** de Meruoca;

- No Estatuto Social e requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária consta como denominação da entidade: Associação Beneficente e Cultural **Comunitária** de Meruoca.

Desta forma a entidade deverá definir qual a real denominação da entidade e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente.

- No registro do CNPJ consta o seguinte endereço da sede: Avenida Monsenhor José Furtado, 431, Centro, Meruoca/CE;

- No requerimento para renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária consta como endereço da sede: Avenida Carlos Davi, s/n, Alto das Flores, Meruoca/CE.

Desta forma a entidade deverá definir qual o seu real endereço da sede e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto no **art. 11 da Lei 9612/98**, vez que o Presidente da entidade, senhor Romulo Marques Alves, que concorreu nas Eleições Municipais de 2012, ficou na suplência do cargo de Vereador do município de Meruoca/CE, conforme certidões do TSE e TRE do Ceará (0196464), motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** os itens apontados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do artigo 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 06/11/2014, às 09:24, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.  
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 06/11/2014, às 10:22, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0196470** e o código CRC **F92E4101**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.



**Ministério das Comunicações**

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo  
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.  
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 16020/2014/SEI-MC

**São Paulo, 20 de outubro de 2014**

Ao Senhor

**ROMULO MARQUES ALVES**

Representante Legal da Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca

Avenida Carlos Davi, s/n - Alto das Flores

62130-000 / Meruoca – CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.071627/2013-34.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 14207/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 06/11/2014, às 09:25, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.  
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0196908** e o código CRC **92047D53**.

Ofício nº 16020/2014/SEI-MC

São Paulo, 20 de outubro de 2014

Ao Senhor

ROMULO MARQUES ALVES

Representante Legal da Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca

Avenida Carlos Davi, s/n - Alto das Flores

62130-000 / Meruoca - CE

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.071627/2013-34.

AR  
TAIRE  
VIE

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI  
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE  
☐ EMS  
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*Rozinha Vazile*  
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBILE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

24/11/14

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

24 NOV 2014

ORI/CE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

2007031030207

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'EMPLOYÉ

Nata Pedro de Olanda  
Carteiro 1  
Mat. 81802269

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

30203-0

EC0451/16

114 x 166 mm

JH 32654557 8 BR

**AR**  
AVISO DE RECEBIMENTO  
AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE OF DEPOSIT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

|   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|
| h | : | h | : | h |
| / | / | / | / | / |

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIAL DE L'ÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
SERVIÇO DAS COMUNICAÇÕES  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO FISCO DE SÃO PAULO  
DELEGACIA REGIONAL DO FISCO DE SÃO PAULO

ENDEREÇO PARA DEPOSITO / ADDRESS FOR DEPOSIT  
RUA MERCANTIL 662 - BLOC. 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA

FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-5553

CEP: 05311-000 - SÃO PAULO-SP

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO  
RETOUR

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA - ABCCM**

A: DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM SÃO PAULO.  
REFERENTE: Ofício nº 16020/2014/SEI-MC de 20/10/2014

Referente aos Processos DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA nº 53000.071627/2013-34 e  
Processo de Outorga nº 53650.002604/1998.

LOCALIDADE: Meruoca/CE

Sr. Delegado,

Em atenção a solicitação formulada por esta Delegacia, a qual constatou pendências na análise da documentação apresentada visando a renovação de outorga desta Entidade, encaminho em anexo toda as exigências formuladas para análise de acordo com a Nota Técnica nº 14207/2014/SEI/MC, tendo em vista o prosseguimento do processo, o qual requeremos a renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

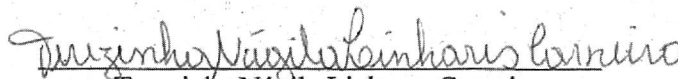
Relativo a Nota Técnica nº 14207/2014/SEI/MC, item 3 inciso I, foi solicitado esclarecimentos sobre a candidatura do Sr. Romulo Marques Alves, que infringe o art.11 da Lei nº 9612/98, onde o mesmo ocupava o cargo de presidente da entidade. Sobre esse fato, podemos garantir que o mesmo não tinha total conhecimento sobre a citada lei que proíbe a requerente do serviço ter em sua diretoria dirigente com compromissos ou relações políticas – partidárias, pois o citado dirigente na época que requereu a renovação de outorga não participava de nenhum partido como candidato a cargo eletivo. Visando contornar essa situação, o citado dirigente solicitou espontaneamente a sua exclusão da entidade, que pode ser comprovado na ata em anexo e comprove junto ao Ministério das Comunicações que não temos em nosso quadro de dirigentes ocupando o cargo de forma irregular.

Outrossim, informamos que todos itens citados na Nota Técnica como pendentes, foram corrigidos na reforma estatutária e na ata em o andamento anexo, bem como outros documentos, respeitando assim, a Norma nº 01/2011.

Por fim, diante das peculiaridades acima destacadas, reque-se a esta Delegacia, o andamento do processo, pois a renovação da outorga deste serviço é de grande importância para nossa comunidade.

Respeitosamente,

Meruoca/CE, 23 de Dezembro de 2014.

  
Terezinha Nágila Linhares Carneiro  
Diretor Presidente  
CPF: 91247365387

## DECLARAÇÃO

Eu, Terezinha Nágila Linhares Carneiro, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA - ABCCM, declaro perante o Ministério das Comunicações para os devidos fins que:

- O endereço completo da sede da entidade fica situado na **Av. Carlos Davi, 50 Bairro Alto das Flores, CEP: 62.130-000**, Município de Meruoca, Estado do Ceará.
- Todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço.
- A entidade requerente e seus atuais dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 fevereiro de 1998; e

Meruoca CE, 24 de Dezembro de 2014.

Terezinha Nágila Linhares Carneiro  
Diretor Presidente





**AUTENTICAÇÃO**

Confere com o original e estando conforme, é

verdade e dou Fé. Em Testemunho

de 26 de 2017

Merucaice

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes Oficial

Marcos Paulo Rodrigues Moraes Substituto

Marlene Gomes Gertrudes Substituto

Francisco de Rocha Sousa Escrivão

2. José Lázaro, 34 - Merucaice

**PINHEIRO MORAIS**



**AUTENTICAÇÃO**

Confere com o original e estando conforme, é

verdade e dou Fé. Em Testemunho

de 26 de 2017

Merucaice

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes Oficial

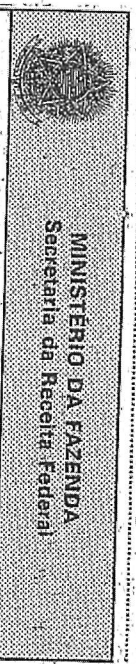
Marcos Paulo Rodrigues Moraes Substituto

Marlene Gomes Gertrudes Substituto

Francisco de Rocha Sousa Escrivão

2. José Lázaro, 34 - Merucaice

**PINHEIRO MORAIS**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome

**TEREZINHA NAGILA LINHARES CARNEIRO**

Nº de Inscrição

**912473653-87**

Data do Nascimento

**05/02/81**



**TEREZINHA NAGILA LINHARES CARNEIRO**

**VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**Emitted on 05/02/00**

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

4797606-3

CEP 60135-040 Fortaleza CE  
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3  
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada  
pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-4 | N°

Rota 11 32140 03 019050 - 8 Data de Emissão 368659755  
Nome TEREZINHA NAGILA LINHARES CARNEIRO 16/12/2014  
End. Postal RU MARIA JANDIRA ALVES 00000  
- MERUOCA - 62130000  
Medidor 11160605 Poste 0000 0000  
Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA Fator de Potência 0,00  
RG / CPF / CNPJ 912473653-87 CGF 0,00  
Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência 16/12/2014 Previsão Próxima Leitura 15/01/2015  
Mês de Referência 16/12/2014 Previsão Próxima Leitura 15/01/2015

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto  
ISENTO

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

RRR7 0000 99A1 4R04 5R4D 6R5C 500A 10A1

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

| Leit. Atual | Leit. Anterior | Const. | Consumo (kWh) | Const. Incl. | Const. Fat.   | Tarifa (R\$/kWh)              | Valor (R\$)           |
|-------------|----------------|--------|---------------|--------------|---------------|-------------------------------|-----------------------|
| 11246       | 11142          | 1,00   | 104           | 0,00         | 38<br>70<br>4 | 0,12574<br>0,21355<br>0,32332 | 3,77<br>15,08<br>1,38 |

DESCRIÇÃO

VALOR (R\$)

VALOR CONSUMO DO MES 20,15  
MULTA MORATORIA REF 11/2014 0,65  
CORRECAO MONETARIA DO MES 0,33  
JUROS DO MES 0,34  
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL 8,88  
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA 0,25



VENCIMENTO 16/12/2014

TOTAL 30,40

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Energia ..... 13,54  
Transmissão ..... 0,28  
Distribuição ..... 5,29  
Encargos Setoriais ..... 0,76  
Tributos (ICMS PIS/COFINS) ... 0,53  
TOTAL 20,40

| 95  | 104 | 138 | 111 | 127 | 99  | 91  | 72  | 83   | 82  | 89  | 69  | 83  |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|
| MED | Dez | Nov | Out | Set | Ago | Jul | Jun | Maio | Abr | Mar | Fev | Jan |

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica através do Ecoelce.  
Emitido kg(CO<sub>2</sub>) 44,95 Compensado kg(CO<sub>2</sub>) 0,00 Consciência Ecológica (% CO<sub>2</sub>) 100

**informações importantes e avisos de vencimento**

**CONTAS EM ATRASO**

**PREAVISO DE VENCIMENTO:**  
Informamos existir débito vencido sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 51,46. Conforme art. 172 da Res. ANEEL 414/10, poderá ser suspenso o fornecimento de energia elétrica após decorridos 15 dias do envio deste comunicado. Caso o débito tenha sido pago, favor desconsiderar este aviso. Após 2 ciclos completos de faturamento, sem fornecimento, será encerrada a relação contratual.

**DEBITOS ANTERIORES**  
Mes/Ano Valor R\$  
11/2014 51,46

Consta desta fatura R\$ 0,53 referente a PIS e COFINS.  
(Art. 9 Res. 196/2005 - ANEEL e Lei n. 10.637/02 e 10.833/03)

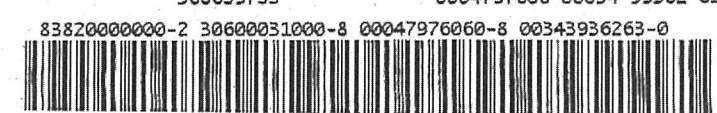
A partir de 2015 vigorará o sistema de Bandeiras Tarifárias. A bandeira verde não implicava cobrança adicional. As bandeiras Amarela e Vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de Dez/2014 vigorará a bandeira VERMELHA, a qual implicará R\$ 0,800/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de impostos. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

**PINHEIRO MORAIS**  
R. José Laureano, 34 - Meruoca/CE

**AUTENTICAÇÃO**  
Confira com o original e estando conforme, a verdade e dou Fé. Em Testemunho  
de 16 de Dezembro de 2014

Karina Ribeiro Pinheiro Nogueira  
Marcos Paulo Rodrigues Nogueira  
Marlene Gomes Gentil Nogueira  
Francisco da Rocha Sousa F. Nogueira

Nº do Cliente: 4797606-3 Referência: Total a Pagar (R\$): Dez/2014 30,60  
Data de Emissão: 16/12/2014 Nº de Controle: 0004797606 00034 39362 63  
Nº da Nota Fiscal: 368659755





Av. Monsenhor José Furtado, 431 - Bairro Centro - CEP 62130.000 - UF: Maranhão - CE

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, Associação Beneficente e Cultural Comunitário de Meruoca (ABCCM), realizada aos 10 (dez) dias do mês de dezembro de (2014) dois mil e quatorze, às 19:30 (dezenove e trinta horas), na Av. Monsenhor José Furtado, 431 - Bairro Centro - CEP 62130.000, na cidade de Meruoca, Estado do Ceará, a Diretoria, associados e populares em primeira convocação, com numero regular previsto nos estatutos e de acordo com atual Código Civil Brasileiro sob a presidência do associado Rômulo Marques Alves, e todos adiante nomeados e qualificados, com a finalidade de deliberar a respeito do Edital de Convocação de 28/11/2014, fixado em sua Sede Social e Logradouros Públicos desta localidade e exaustivamente divulgado através de inserções previstos na Norma do Serviço de RadCom atual, na Rádio Meruoca FM, a fim de tratar da ordem do dia: 1 - Reforma do Estatuto da Entidade; 2 - Eleição do novo Quadro Diretivo da Entidade; 3 - Atualização de Endereço da Entidade; 4 - Retificação da denominação social da associação; 4 - Outros assuntos de interesse da Entidade. Na ocasião o Senhor Presidente fez algumas explicações sobre os problemas que Associação Beneficente e Cultural Comunitário de Meruoca (ABCCM) vem enfrentando junto ao Ministério das Comunicações, com relação à renovação da outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, o qual motivou a realização desta Assembleia em caráter extraordinário, visando sanar algumas pendências no Estatuto Social previstas na Norma nº 01/2011 do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Prosseguindo com a reunião o Senhor Presidente convocou o atual secretário da entidade José Airtton Soares, para ocupar sua função e auxiliar os trabalhos da reunião. Dando sequência a reunião, foram distribuídas cópias do edital e do projeto proposto de reforma do Estatuto Social aos presentes para leitura, análise e possível aprovação. Depois de uma breve discussão acerca da reforma pretendida foi aprovado na íntegra e sem ressalvas o novo Estatuto Social da Associação Beneficente e Cultural Comunitário de Meruoca (ABCCM), conforme anexo desta Ata. Na oportunidade o Sr. Rômulo Marques Alves, presidente atual da entidade, comunicou aos associados a sua saída do atual cargo em virtude do Ministério das Comunicações informar que o mesmo havia sido candidato em 2012 ficando na suplência para vereador, e que esta situação infringe ao disposto no art. 11 da lei 9.612/98. Para não dificultar o processo de renovação da outorga requerido e tentar provar ao Ministério das Comunicações que esta Entidade não é subordinada ou vinculada a outros, o Senhor Rômulo Marques Alves resolveu renunciar ao cargo e se retirar da sociedade de forma definitiva. Em virtude da renúncia e da reforma aprovada, a direção da entidade convidou a todos os associados presentes que desejassem concorrer ao cargo de presidente desta Associação para se apresentarem junto aos demais associados; foi escolhida Terezinha Nágila Linhares Carneiro para concorrer à vaga deixada pelo atual presidente. Foi adotado a seguinte critério para o processo de eleição; O voto será secreto, será colocado em uma urna que ficará distante dos associados e será usada a palavra **sim** se concordar e **não** se discordar. Passado o momento da Eleição deu-se o início da apuração sendo eleita por unanimidade a sra Terezinha Nágila Linhares Carneiro como nova Presidente, ficando assim composta a nova Diretoria da Associação Beneficente e Cultural Comunitário de Meruoca - ABCCM: Diretor Presidente - Terezinha Nágila Linhares Carneiro, Brasileira, Casada, Comerciante, CPF 91247365387 RG 2007031040207 SSP/CE, Diretor de Operações - Eder Paulus Moraes Guerra, Casado, Engenheiro Civil, CPF 388.950.483-34 RG 473309495, Diretor de programação - Zaquel Carneiro Oliveira Junior, Brasileiro, Solteiro, Desempregado, CPF 422.294.343-20 RG 2007009094960 SSP/CE, Diretor Administrativo e Financeiro - José Airtton Soares, Brasileiro, Solteiro, Desempregado, CPF 934.599.393-20 RG 2000031056998 SSP/CE, todos residentes nesta localidade. Em seguida, o Conselho Fiscal analisou as contas relativas à gestão da associação até a presente data. Após análise aprovou sem ressalva todas as contas da entidade. Em seguida informamos que a ABCCM está funcionando na Av. Carlos Davi, nº 50, Bairro Alto das Flores, CEP 62130.000, no Município de Meruoca Estado do Ceará, e que a denominação correta da entidade é ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA - ABCCM, em seguida O Sr. Rômulo Marques Alves, empossa a nova Diretoria da Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM), para o quadriênio (11/12/2014 a 11/12/2018) o qual deverá ser enviado para o devido registro no cartório competente da presente Ata e do novo Estatuto Social e enviado para Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral para que sejam feitas as devidas alterações cadastrais, e convocou os presentes para assinar a Ata, visto que não tinha mais nada a tratar. Encerrou-se, assim, a

presente Assembleia, da qual Eu Secretário José Ailton Soares, lavrei a presente Ata, que assino com os demais Dirigentes e Associados. Meruoca (CE), 10 de Dezembro de 2014.

Assinaturas;

Jose Ailton Soares

Paulo Henrique

Antônio

Janete Maria Soares Barros  
Maria Helena Gertudes

Francisco de Paulo Oliveira

Leopoldo Barques

Maria Landim Marques Alves

Manoel Marques de Araújo

João Guilherme de Sá

Zoquen Carneiro Oliveira

Yandira Brandão Moreira

Fuzinha Regina Linhares e Silva

João P. Salino

Reconheço a(s) Firma(s) de Jose Ailton Soares

( ) por autenticidade ( ) por fidelidade e dou Fé.

Em testemunho da verdade

Meruoca/Ce, 18 de Dezembro de 2014

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes-Oficial  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes-Substituto  
Marlene Gomes Gertudes-Substituto  
Francisco da Rocha Soares

Reconheço a(s) Firma(s) de Francisco de Paulo Oliveira

( ) por autenticidade ( ) por fidelidade e dou Fé.

Em testemunho da verdade

Meruoca/Ce, 18 de Dezembro de 2014

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes-Oficial  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes-Substituto  
Marlene Gomes Gertudes-Substituto  
Francisco da Rocha Soares



Ofício de Notas e Registros  
CARIÓTIPO  
PINHEIRO MORAIS  
Registro de Títulos, Documentos  
Civil e de Pessoas Jurídicas  
Nº AF 936.314

11

REGISTRADO

Apresentado hoje o registro da Ata

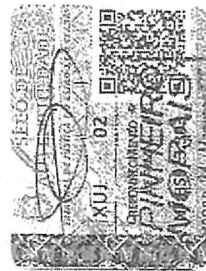
ABCCM em títulos e documentos

sob o nº 083 no livro B-30

hoje protocolado sob o nº 2211 dou fé.

Meruoca 18 de 12 de 2014

Em test. da verdade



Reconheço a(s) Firma(s) de Francisco de Paulo Oliveira

( ) por autenticidade ( ) por fidelidade e dou Fé.

Em testemunho da verdade

Meruoca/Ce, 18 de Dezembro de 2014

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes-Oficial  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes-Substituto  
Marlene Gomes Gertudes-Substituto  
Francisco da Rocha Soares



AUTENTICAÇÃO

Conferir com o original e estando conforme, e

assinado e dou Fé. Em Testemunho

da verdade.

Meruoca/Ce, 26 de Dezembro de 2014

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes-Oficial  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes-Substituto  
Marlene Gomes Gertudes-Substituto  
Francisco da Rocha Soares

Francisco da Rocha Soares  
Secretário Autorizado

Integra do Estatuto Social da Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca aprovado na Assembleia Extraordinária de 10.12.2014.

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original e estando conforme, e verdade e dou Fé. Em Teste.

da cidade de Meruoca, CE.

Karina Ribeiro Pinheiro Moraes Oficial

Marcos Paulo Rodrigues Moraes Substituto

Marlene Gomes Genuíno Substituta

Francisco da Rocha Sousa-Escritor

PRIM

FIS

10/12/2014

PINHEIRO MORAIS

Advogado

OAB-CE: 25.533

## I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art.1º - A Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM) é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, com sede, na Av. Carlos Davi, 50 - Bairro Alto das Flores – CEP 62130.000 – UF: Meruoca-CE.

Parágrafo Único – A Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM) utilizará como denominação de fantasia “Meruoca FM”, de acordo com autorização do Ministério das Comunicações para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM) tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade atendida pela emissora na área de execução do serviço, com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico partidário e condição social nas relações comunitárias;

III - Sem prejuízo de sua finalidade precípua tem também a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM) os seguintes objetivos:

- a) promover e incentivar os idosos, jovens e adolescentes a prática de esportes na comunidade, beneficiando a saúde, educação e o trabalho.
- b) promover, divulgar, apresentar e difundir projetos junto aos Órgãos e Repartições Públicas para o desenvolvimento social da comunidade, além de proteger e fiscalizar o meio ambiente, denunciando, a quem de direito, os abusos contra a natureza, como também promover e incentivar a atividades culturais.

§1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Oreilly Gabriel do Nascimento

Advogado

OAB-CE: 25.533

Ofício de

Notas e Registros

PINHEIRO MORAIS

66ª Karina Ribeiro Pinheiro Moraes

66º Marcos Paulo Rodrigues Moraes

66ª Marlene Gomes Genuíno

66º Francisco da Rocha Sousa

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art.3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM)** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

Art.5º - Serão assegurados o ingresso de associados de forma gratuita, de todo e qualquer cidadão ou pessoa jurídica com domicílio e sede na área de execução do serviço e em dia com suas obrigações estatutárias, conferindo-lhes o direito nas instâncias deliberativas, ou seja:

§1º - As pessoas físicas, terão o direito de votar e ser votado para todos cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade.

§2º - As pessoas jurídicas sem fins lucrativos, terão por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade.

Art.6º - A **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM)** será composto pelas seguintes categorias de associados:

I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.

II - Contribuintes - pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com as finalidades da **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM)**, comprometem-se a contribuir financeiramente, ou por qualquer outra forma, para que ela possa alcançar suas finalidades;

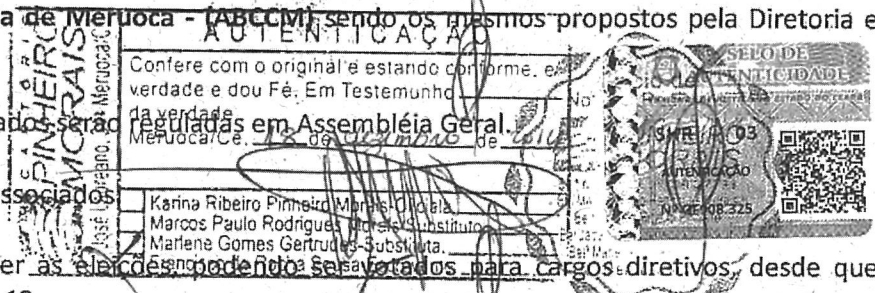
III - Honorários - aqueles que contribuem de modo significativo para o desenvolvimento da **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM)**, sendo os mesmos propostos pela Diretoria e aprovados em Assembléia Geral.

Art.7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art.8º - São direitos e deveres dos associados

- a) o direito de voto e de concorrer as eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembléia Geral.
- c) Acatar e prestigiar os atos e decisões dos órgãos da Entidade.

Art.9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o amplo direito de defesa do associado em questão.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

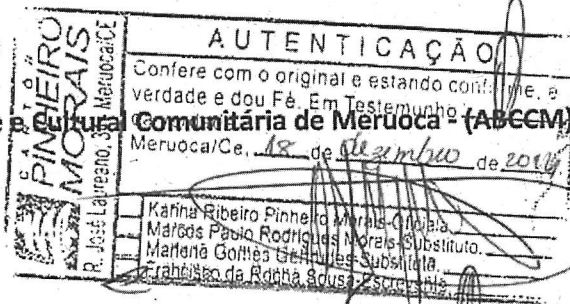
Oreilly Gabriel do Nascimento  
Advogado  
OAB-CE 25.533



### III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art.10 - São Órgãos da **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM)**

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário;
- d) Conselho Fiscal.



Art.11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Entidade, será composto por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia vinte do mês de dezembro, ou em data conveniente, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada **quatro ano(s)** para eleição da Diretoria, do Conselho Comunitário, do Conselho Fiscal e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§1º - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (fundadores ou contribuintes), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar à destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de cinco dias úteis, através de edital ou comunicado afixado na sede da Entidade e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A Assembléia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art.12 - A Diretoria da **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM)**, órgão executivo e administrativo, será composta por um **Diretor Presidente(a), Diretor(a) Administrativo e Financeiro, Diretor(a) de Operações e um Diretor(a) de Programação**, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de quatro anos, permitida apenas 1 (uma) única reeleição.

§1º - A Diretoria da **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - (ABCCM)** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, domiciliados na área de execução do serviço, onde tais decorra foro especial.

Art.13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a Entidade em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Entidade;

Oreilly Gabriel do Nascimento  
Advogado  
OAB-CE 25.533



- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;  
 f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;  
 g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;  
 h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;  
 i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

a) Ao **Diretor Presidente** (a) compete: representar a Entidade, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;

b) Ao **Diretor (a) Administrativo e Financeiro**: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da Entidade, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade; Substituir o Presidente em todas as competências na sua falta ou impedimento temporário;

c) Ao **Diretor (a) de Operações** compete: programar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

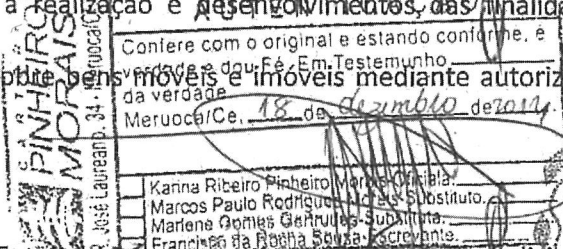
d) Ao **Diretor (a) de programação**: coordenar e executar as atividades de imprensa, publicidade e relações públicas da Associação, que sejam previamente definidas com a Diretoria; coordenar a elaboração e divulgação da emissora, observando os temas previamente definidos com a Diretoria; produzir informativos destinados à divulgação das atividades e notícias de interesse da Associação e da comunidade atendida pela emissora; coordenar e, fomentar a comunicação da associação na Internet;

Art.14 - O **Conselho Comunitário**, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O **Conselho Comunitário** deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação para ser encaminhada ao Ministério das Comunicações na data de aniversário da outorga da entidade.

Art.15 - O **Conselho Fiscal** será eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, sendo composto por cinco membros, sendo três titulares e dois suplentes, com o objetivo, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria da Entidade, com as seguintes atribuições:

I - Examinar os livros de escrituração da Entidade; II - Opinar e dar pareceres sobre balanços, relatórios financeiros e contábeis, submetendo-os à Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária; III - Requisitar ao



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Oreilly Gabriel do Nascimento  
Advogado  
OAB-CE 25.533



PRIMEIRO CARTÃO  
Fig. 05/068  
goes

[illegible]

**Art.16** - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.




**Art.17** - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.


## VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

**Art.19** - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

## VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS




 Orelly Gabriel do Nascimento  
 Advogado  
 OAB-CE 25.533


 PINHEIRO  
 MORAIS  
 Bar. Antônio Pinheiro  
 Bar. Marcos Antônio Rodrigues  
 Bar. Carlos Alberto Pinheiro  
 Bar. José Carlos Correia Jr.  
 Bar. Manoel das Graças  
 Mercado

Art.21 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a Assembléia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

Art.22 - O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral aos 01 (primeiro) dia do mês de novembro do ano de dois mil e quatorzes e entra em vigor na data de registro na repartição competente, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Meruoca CE, 01 de Novembro de 2014.

Assinaturas

Terezinha Nágila Linhares Carneiro

Terezinha Nágila Linhares Carneiro

Diretora Presidente

CPF nº 91247365387 RG nº 2007031040207

José Airton Soares

José Airton Soares

Diretor Administrativo e Financeiro

CPF nº 934.599.393-20 RG nº 2000031056998

Eder Paulus Moraes Guerra

Eder Paulus Moraes Guerra

Diretor de Operações

CPF nº 388.950.483-34 RG nº 473309495

Zaqueu Carneiro Oliveira Júnior

Zaqueu Carneiro Oliveira Junior

Diretor de Programação

CPF nº 422.294.343-20 RG nº 2007009094960

Creilly Gabriel do Nascimento

Advogado

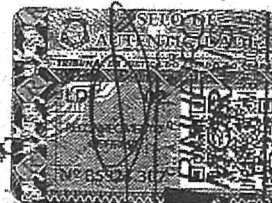
OAB-CE 35.533



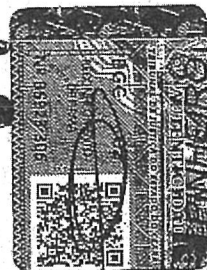
Certifico que atendendo a requerimento da parte interessada registrei no livro de registro de pessoa jurídica, nº 2 "A" sob o nº 039, o registro de ESTATUTO DA AOCCEM, tendo o mesmo adquirido personalidade jurídica.

Meruoca, 18 de dezembro de 2014

Francisco da Rocha Sousa



Reconheço a(s) Firma(s) de Terezinha Nágila Linhares Carneiro  
( ) por autenticidade e dou Fé.  
Em testemunho da verdade.  
Meruoca/Ce, 18 de Dezembro de 2014  
Karina Ribeiro Pinheiro Moraes-Oficial  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes-Substituto  
Mariane Gomes Gertrudes



Reconheço a(s) Firma(s) de José Airton Soares  
( ) por autenticidade e dou Fé.  
Em testemunho da verdade.  
Meruoca/Ce, 18 de Dezembro de 2014  
Karina Ribeiro Pinheiro Moraes-Oficial  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes-Substituto  
Mariane Gomes Gertrudes

AUTENTICAÇÃO  
Confere com o original e estando conforme, e verdade e dou Fé. Em Testemunho da verdade.  
Meruoca/Ce, 18 de dezembro de 2014  
Karina Ribeiro Pinheiro Moraes-Oficial  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes-Substituto  
Mariane Gomes Gertrudes  
Francisco da Rocha Sousa-Escriturante



Reconheço a(s) Firma(s) de Creilly Gabriel do Nascimento  
( ) por autenticidade e dou Fé.  
Em testemunho da verdade.  
Meruoca/Ce, 18 de Dezembro de 2014  
Karina Ribeiro Pinheiro Moraes-Oficial  
Marcos Paulo Rodrigues Moraes-Substituto  
Mariane Gomes Gertrudes  
Francisco da Rocha Sousa

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

|   |   |  |                                |
|---|---|--|--------------------------------|
|    |   | <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>    |                                |
| <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>   |   |  |                                |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br>02.079.345/0001-08<br>MATRIZ   | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL |  | DATA DE ABERTURA<br>04/09/1997 |
| NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIA DE MERUOCA - ABCCM   |   |  |                                |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br>*****   |   |  |                                |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais   |   |  |                                |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte<br>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente |   |  |                                |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA  |   |  |                                |
| LOGRADOURO<br>AV CARLOS DAVI  |   | NÚMERO<br>50                             | COMPLEMENTO                    |
| CEP<br>62.130-000   | BAIRRO/DISTRITO<br>ALTO DAS FLORES                  | MUNICÍPIO<br>MERUOCA                     | UF<br>CE                       |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br>ATIVA   |   | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br>31/12/2008 |                                |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL  |   |  |                                |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****  |   | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****       |                                |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 23/12/2014 às 16:47:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#). [Atualize sua página](#)



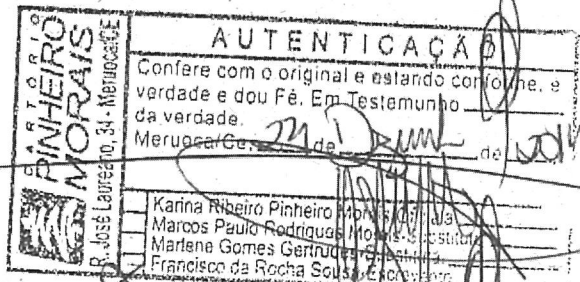
Pr  
pa

**C E R T I D ã O**

**CERTIFICO**, para os devidos fins e ao requerimento da parte interessada, que compulsando os arquivados deste Cartório se constata que a Certidão destina a **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL E EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIA DE MERUOCA-CE, ABCCM, INSCRITA NO CNPJ: 02.079.345/0001-08**, com sede na Avenida Carlos Davi, nº50, Bairro Alto das Flores - Meruoca, Estado do Ceará - CEP:62.130-000, encontra devidamente registrada no livro B-30, às folhas. 197/199, sob o nº.083, e protocolada sob o nº.2211, em data de 18 de dezembro de 2014 no livro competente de **TÍTULOS E DOCUMENTOS**, deste Cartório de Ofícios e Notas da Comarca de Meruoca, Estado do Ceará. O REFERIDO É VERDADE; DOU FÉ.

Meruoca-Ce., 24 de dezembro de 2014  
Em Testº da verdade

**Francisco da Rocha Sousa**  
Escritor Autorizado



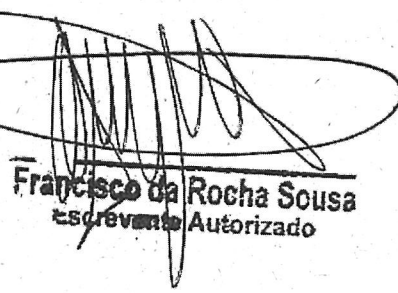
**C E R T I D ã O**

**CERTIFICO**, para os devidos fins e ao requerimento da parte interessada, que compulsando os arquivados deste Cartório se constata que a Certidão destina a **ESTATUTO SOCIAL DA ASSEMBLEIA GERAL E EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITARIA DE MERUOCA-CE, ABCCM, INSCRITA NO CNPJ: 02.079.345/0001-08**, com sede na Avenida Carlos Davi, nº50, Bairro Alto das Flores - Meruoca, Estado do Ceará - CEP:62.130-000, encontra devidamente registrado no livro de pessoas Jurídicas 2 "A", protocolada sob o nº.039, em data de 18 de dezembro de 2014 no livro competente de **TÍTULOS E DOCUMENTOS DE PESSOAS JURIDICAS**, deste Cartório de Ofícios e Notas da Comarca de Meruoca, Estado do Ceará. O REFERIDO É VERDADE; DOU FÉ.


Meruoca-Ce., 18 de dezembro de 2014

Em Testº  da verdade



  
**Francisco da Rocha Sousa**  
Escritor Autorizado



| AUTENTICAÇÃO   |  |
|--|--|
| Confere com o original e estando conforme, é verdade e dou Fé. Em Testemunho da verdade. |  |
| Meruoca/Ce. 27 de 2 de 2014  |  |
|     |  |
| Karina Ribeiro Pinheiro Moraes - Original  |  |
| Marcos Paulo Rodrigues Moraes - Substituto   |  |
| Márcia Gomes Gertrudes - Substituto  |  |
| Francisco da Rocha Sousa - Escritor  |  |

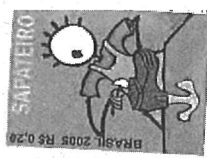
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Nº ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLINA

CEP: 05.311-900 SÃO PAULO - SP

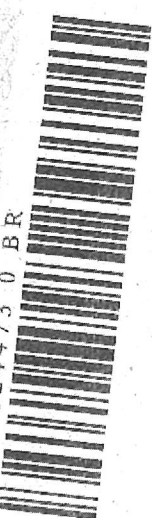


**REGISTRADO URGENTE**  
**REGISTERED PRIORITY**

AR ☐

PESO / WEIGHT (kg)

JH 42624473 0 BR





## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 15 de janeiro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Damacena Ferreira, Arquivista**, em 15/01/2015, às 11:45, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0326400** e o código CRC **D5948A63**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 2027-6000

Memo. nº 1004/2015/SEI-MC

São Paulo, 02 de abril de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

**Assunto: Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

| <u>CNPJ</u>            | <u>Entidade</u><br><u>Localidade</u>   |
|------------------------|--|
| 1. 02.285.893/0001-94  | Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria<br>Paulo de Faria/SP                                     |
| 2. 03.889.289/0001-30  | Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social<br>Nova Esperança do Sul/RS |
| 3. 02.167.616/0001-87  | Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto<br>Rio Preto/MG  |
| 4. 02.791.364/0001-62  | Associação Cultural Comunitária Serrana<br>Ribeirão Pires/SP   |
| 5. 02.079.345/0001-08  | Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca<br>Meruoca/CE                                   |
| 6. 02.610.808/0001-16  | Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia<br>Marcelândia/MT                            |
| 7. 01.625.707/0001-56  | Fundação Deputado José Walfrido Monteiro<br>Icó/CE   |
| 8. 02.197.292/0001-20  | Associação Cultural Amigos de Dolores de Campos<br>Dolores de Campos/MG                                  |
| 9. 02.839.960/0001-75  | Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM<br>Cravinhos/SP                                      |
| 10. 01.769.949/0001-13 | Associação das Mulheres Espinosenses - AMES<br>Espinoza/MG   |

Atenciosamente,

---



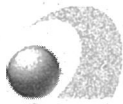
Documento assinado eletronicamente por **Thiago D'arrola Pedrosa Galvao, Delegado**, em 06/04/2015, às 08:47, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0446881** e o código CRC **4C592FF9**.

---

**ANATEL**Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** CE  
**Município:** Meruoca  
**Canal:** 254  
**Fase:** P

**Distrito:** Meruoca  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**

### Dados da Entidade

**Entidade:** ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULT.COMUNIT.DE MERUOCA - ABCCM  
**Nome Fantasia:**  
**Logradouro:** AV. JOHN SANFORD, S/N  
**Telefone:** Não Informado  
**Situação:** Entidade com situação cadastral NÃO REGULAR na Receita Federal.

**CNPJ:** 02.079.345/0001-08  
**Bairro:** CENTRO  
**Número:** .  
**Fax:** Não Informado

### + Dados da Outorga

### - Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

| Nº Ato | Tipo do documento   | Órgão | Data Ato   | Data DOU   | Razão                                       | Natureza |
|--------|---------------------|-------|------------|------------|---|----------|
| 105    | Portaria            | MC    | 31/01/2002 | 20/02/2002 | Autoriza Executar Serviço                   | Jur.     |
| 36319  | ATO                 | SCM   | 26/05/2003 | 28/05/2003 | Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM | Téc.     |
| 543    | Decreto Legislativo | CN    | 15/08/2003 | 18/08/2003 | Deliber. do C. Nacional                     | Jur.     |

### + Característica da Estação Instalada

### + Dados do Licenciamento

Tela Inicial Imprimir

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

### DESPACHO

Processo nº: **53900.029315/2015-46**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIO DE MERUOCA**

Em atenção ao Memorando nº 1004/2015/SEI-MC, informamos que, após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIO DE MERUOCA, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Meruoca, Estado do Ceará.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 01/07/2015, às 09:43, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0552087** e o código CRC **0C7A5D5D**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**NOTA TÉCNICA Nº 5500/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.071627/2013-34**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Meruoca/CE**, por meio da Portaria nº **105**, publicada no DOU de 20/02/2002, e Decreto Legislativo nº **543**, publicado no DOU de 18/08/2003.

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 18/08/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, postou seu pedido de renovação de outorga em 28/11/2013 (página 35 do evento SEI 0066397), protocolado em 09/12/2013 (página 02 do evento SEI 0066397), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

|   |
|---|
| REQUERENTE  |
| <b>Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM</b> |

## QUADRO DIRETIVO

Terezinha Nágila Linhares Carneiro - Diretora Presidente

José Airton Soares - Diretor Administrativo e Financeiro

Eder Paulus Moraes Guerra - Diretor de Operações

Zaqueu Carneiro Oliveira Junior - Diretor de Programação

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

| ITEM |   | ANÁLISE   |
|------|---|---|
| 1.   | Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011. | Ok, páginas 08 a 13 do evento SEI (0326398) do documento 53900.002397/2015-81 |
| 2.   | Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.  | Ok, páginas 06 e 07 do evento SEI (0326398) do documento 53900.002397/2015-81 |
|      | Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e  | Ok, páginas 22, 24 e 26 do evento SEI   |

|    |   |  |
|----|---|--|
| 3. | CPF dos dirigentes.   | (0066397)<br>Página 03 do evento SEI (0326398) do documento 53900.002397/2015-81 |
| 4. | Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | Ok, página 04 do evento SEI (0066397)  |
| 5. | Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.  | Ok, página 05 do evento SEI (0066397)  |
| 6. | Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.  | Ok, página 14 do evento SEI (0326398) do documento 53900.002397/2015-81          |
| 7. | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.  | Ok, páginas 28 a 30 do evento SEI (0066397)                                      |

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 07/07/2015, às 14:03, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 07/07/2015, às 15:28, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 20/07/2015, às 12:09, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.  
Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/08/2015, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0419036** e o código CRC **BFCCABA0**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.071627/2013-34**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **18/08/2013**, a autorização outorgada à **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Meruoca / CE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071627/2013-34 e nº 53650.002604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Meruoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998,

leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.1. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I; X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

|      | DOCUMENTOS   |                              | SIM | NÃO | Fls.<br>/ nº<br>do<br>doc. |
|------|--|------------------------------|-----|-----|----------------------------|
|      |  |                              |     |     |                            |
| 1    | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada. |                              |     |     |                            |
| 1.1. |  | O requerimento é tempestivo? |     |     |                            |

|     |   |  |  |  |
|-----|---|--|--|--|
| 2   | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. |  |  |  |
| 3   | Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.   |  |  |  |
| 4   | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.  |  |  |  |
| 5   | Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.  |  |  |  |
| 6   | Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.  |  |  |  |
| 7   | Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.  |  |  |  |
| 8   | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.  |  |  |  |
| 9   | Relatório de apuração de infrações.   |  |  |  |
| 9.1 | Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?  |  |  |  |
| 9.2 | Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.  |  |  |  |

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.

DESPACHO

Processo n.: 53000.071627/2013-34

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0591942), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

|     | DOCUMENTOS  | SIM | NÃO | PÁGINA E EVENTO SEI  |
|-----|---|-----|-----|--|
| 1   | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.  | x   |     | Ok, página 02 e 35 do evento SEI (0066397)   |
| 1.1 | O requerimento é tempestivo?  | x   |     |  |
| 2   | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | x   |     | Ok, página 04 do evento SEI (0066397)  |
| 3   | Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.   | x   |     | Ok, página 05 do evento SEI (0066397)  |
| 4   | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.  | x   |     | Ok, página 14 do evento SEI (0326398) do documento 53900.002397/2015-81  |
| 5   | Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.  | x   |     | Ok, páginas 08 a 13 do evento SEI (0326398) do documento 53900.002397/2015-81  |
| 6   | Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas   | x   |     | Ok, páginas 06 e 07 do evento SEI (0326398) do documento 53900.002397/2015-81  |
| 7   | Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.  | x   |     | Ok, páginas 22, 24 e 26 do evento SEI (0066397)<br>Página 03 do evento SEI (0326398) do documento 53900.002397/2015-81 |
| 8   | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.  | x   |     | Ok, páginas 28 a 30 do evento SEI (0066397)  |
| 9   | Relatório de apuração de infrações  | x   |     | Evento SEI 0552087 - processo 53900.029315/2015-46   |

|     |  |  |   |  |
|-----|--|--|---|--|
|     |  |  |   |  |
| 9.1 | Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?   |  | x |  |
| 9.2 | Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica. |  | x |  |



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 16/07/2015, às 14:22, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0591951** e o código CRC **AE24177D**.

☐ Minutas e Anexos

☐ Não Possui.

## PORTARIA Nº 3631/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071627/2013-34 e nº 53650.002604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA - ABCCM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Meruoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RICARDO BERZOINI**



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:46, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644960** e o código CRC **43B0DE3A**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.071627/2013-34**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **18/08/2013**, a autorização outorgada à **Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Meruoca / CE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**RICARDO BERZOINI**



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:46, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644967** e o código CRC **4F51A0B1**.



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.618, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057297/2012-93 e nº 53103.000543/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Escada / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.619, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.069957/2013-60 e nº 53700.001972/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO GAUCHA FM DE BATAGUASSU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bataguassu/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.621, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048835-2013-0 e nº 53103.000553/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 15/03/2014, a autorização outorgada ao MOVIMENTO TEATRAL ZIRIGUIDUM ART CIRCUS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pesqueira / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.622, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071599/2013-55 e nº 53740.001704/1998-71, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICO DE RENASCENÇA - ACCAR, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Renascença / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.623, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.026610/2013-22 e nº 53830.001923/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE PAULO DE FARIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Paulo de Faria / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.624, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029836/2013-85 e nº 53790.001119/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SERRA VERDE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porto Alegre/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.625, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059223/2013-72 e nº 53790.000169/2000, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA FM CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Esperança do Sul/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.627, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006807/2013-45 e nº 53830.001941/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE PEDREIRA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pedreira / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.628, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065557/2013-85 e nº 53710.000923/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL DE RIO PRETO - MG, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Preto/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.629, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.053259/2013-42 e nº 53830.002517/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA SERRANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ribeirão Pires / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.630, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.026302/2013-05 e nº 53103.000592/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA 29 DE DEZEMBRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

## PORTARIA Nº 3.631, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071627/2013-34 e nº 53650.002604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA - ABCMC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Meruoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.071627/2013-34**

**Referência: Portaria nº 3.631, de 19 de agosto de 2015.**

**Interessado: Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 25/08/2015, da Portaria nº 3.631, de 19/08/2015, que *“Renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Meruoca-CE”*, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 26 de agosto de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 27/08/2015, às 11:39, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0686882** e o código CRC **62BA7116**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

Processo nº: **53000.071627/2013-34**

Entidade: **Associação Beneficente E Cultural Comunitária de Meruoca (abccm)**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 3631, de 19/08/2015, no Diário Oficial da União de 25/08/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Meruoca/CE**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n º **53000.071627/2013-34**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,  
**Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/09/2015, às 17:03, conforme art.  
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0691639** e o código CRC **38BB2CC0**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.071627/2013-34**

**Interessado: Associação Beneficente E Cultural Comunitária de Meruoca (abccm) (associação Beneficente E Cultural Comunitária de Meruoca (abccm))**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 15 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 15/10/2015, às 11:10, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0769481** e o código CRC **127376FC**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**EM Nº 666/2015/SEI-MC**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071627/2013-34, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Meruoca / CE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, Ministro de Estado das Comunicações, em 01/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0777193** e o código CRC **2F9393CA**.

EM nº 00028/2016 MC

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.071627/2013-34, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca - ABCCM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Meruoca / CE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima*



**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O AVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar

requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

**ANEXO**  
**PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**DOCUMENTOS**

| SI | NÃ | Fls. / |
|----|----|--------|
| M  | O  | nº do  |
|    |    | doc.   |

1      Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.

1.1.

O requerimento é tempestivo?

2      Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

3      Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.

4      Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.

5      Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.

6      Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

7      Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.

8      Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.

9      Relatório de apuração de infrações.

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

**Lucas Borges de Carvalho**

Assessor do Consultor Jurídico

**Alan Emanuel Cavalcante Trajano**

Consultor Jurídico

***Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque***